



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciência Política

BERNARDO GERALDO DOMINGOS

O CONCEITO DE CIDADANIA E DE CIDADANIA INSURGENTE

**REFLEXÕES SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NA CIDADE DE
SÃO PAULO**

Brasília

2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciência Política

BERNARDO GERALDO DOMINGOS

O conceito de cidadania e de cidadania insurgente

Reflexões sobre as manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo

Brasília

2019

Bernardo Geraldo Domingos

O conceito de cidadania e de cidadania insurgente

Reflexões sobre as manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB).

Orientador: Terrie Ralph Groth

Aprovado em: 15/ 07/2019

Orientador: Terrie Ralph Groth

Parecerista: Graziela Dias Teixeira

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Terrie Ralph Groth, pela confiança, pelo incentivo e pelos ensinamentos.

À Professora Dra. Graziela Dias Teixeira, parecerista do trabalho, pela sua generosa leitura e por suas observações.

A cada professor do Instituto de Ciência Política IPOL da Universidade de Brasília pelos ensinamentos, pelas aulas e por todo o respeito que tiveram comigo.

À Universidade de Brasília, instituição generosa e grandiosa que tanto me ensinou e que onde quer que eu esteja sempre a honrarei e defenderei na medida da minha capacidade e força.

Aos meus irmãos André, Luciana, Denilson e Ernane, sou devedor a todos eles na minha formação, cada um em sua particularidade, sempre me ensinou algo de suma importância que carrego dentro de mim como um valor, um grande ensinamento.

Aos sobrinhos André Luís, Beatriz, Guilherme, Frederico, Henrique e Gabriela. Aos amigos (irmãos de sempre) Professor Dr. Luciano Sousa Ramos, sua companheira Camila Soares, doutorando José Luiz da Silva, e ao cientista social Daniel Felipe Quaresma dos Santos, grandes companheiros que nunca deixaram de acreditar em mim.

Aos amigos da Universidade de Brasília Professor Dr. Rogério Alessandro de Mello Basali e família, que tanto me ajudaram ao longo dessa jornada; ao amigo e colega de “república”, cientista político e antropólogo Vinicius Prado Januzzi, pela sua generosidade e respeito; a minha colega de trabalho no CESPE/CEBRASPE Vera Lucia Vianna.

Agradeço também *in memoriam* ao meu pai Geraldo Domingos Filho e a minha avó Odette do Nascimento.

Agradeço e dedico este trabalho para minha mãe Esperança Maria Domingos, minha maior incentivadora, que nos momentos em que nem eu mesmo acreditava que fosse possível concluir a graduação, nunca deixou de me dar uma palavra de força e de encorajamento.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar e refletir sobre os conceitos de cidadania e de cidadania insurgente, desenvolvido pelo antropólogo James Holston, com o intuito de elaborar algumas reflexões sobre as manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo, que eclodiram em função do aumento das tarifas de ônibus. Para entendermos esse processo, revisitamos o conceito de cidadania ao longo da história e a construção da cidadania no Brasil. O processo de democratização e de urbanização, atravessado pelo neoliberalismo no início dos anos 90, produziram um processo intrincado em que se pode observar a construção e também a erosão da democracia e da cidadania no Brasil.

Palavras-chave: cidadania; cidadania no Brasil; cidadania insurgente; manifestações de junho de 2013; democracia; política

ABSTRACT

The present work aims to analyze and reflect on the concepts of citizenship and insurgent citizenship, developed by the anthropologist James Holston, with the purpose of elaborating some reflections on the June 2013 Riots in the city of São Paulo, whose focus were the increase of the bus fares. To understand this process, we revisit the concept of citizenship throughout history and the construction of citizenship in Brazil. The process of democratization and urbanization, traversed by neoliberalism in the early 1990s, has produced an intricate process in which one can observe the construction and also the erosion of democracy and citizenship in Brazil.

Keywords: Brazilian citizenship; insurgent citizenship; June 2013 Riots; democracy; politics

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I – Primeiras Noções de Cidadão e de Cidadania.....	12
1.1– O Cidadão em Atenas e Roma.....	12
1.2 – O Cidadão Burguês.....	14
1.3 – O Cidadão na Concepção de John Locke, Rousseau e Kant/A Declaração dos Direitos do Homem	17
1.4 – A Cidadania em Karl Marx	20
1.5 – Capitalismo, Consumo e Cidadania	25
Capítulo II – A Cidadania no Brasil	30
2.1 – O Desenvolvimento da Cidadania no Brasil Colonial, Monárquico e Republicano.....	30
2.2 – A escravidão e suas implicações na atualidade	38
2.3 – A Luta dos Operários por Cidadania/ A Constituição “liberal” de 1891	43
2.4 – A Revolução de 1930/ Expansão dos direitos trabalhistas/ Experiência democrática de..... 1945/ Golpe militar de 1964	46
2.5 – A Redemocratização/ Constituição Cidadã de 1988	49

Capítulo III – As Manifestações junho de 2013 e a Cidadania Insurgente	54
3.1 – O Brasil de volta às ruas	54
3.2 – Não era somente pelos R\$0,20 (vinte centavos).....	57
3.3 – As limitações das manifestações de junho de 2013.....	61
3.4 – Cidadania e Democracia em James Holston	65
3.5 – As Lutas Acirradas/ A Cidadania Insurgente	67
 Considerações Finais	 73
 Referências Bibliográficas	 76

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar o conceito de cidadania e de *cidadania insurgente*, presente no livro homônimo de James Holston (2013), fruto do resultado de décadas de pesquisas sobre a luta em busca de moradia e por melhorias na infraestrutura urbana na periferia da cidade de São Paulo, que remete aos desdobramentos da luta por cidadania no Brasil.

Ao trabalhar estes aspectos, Holston revisitou as características que formaram a sociedade brasileira, acompanhando a trajetória de formação da cidadania no Brasil, mostrando como que, no caso brasileiro, a cidadania adquiriu um aspecto inclusivo, ao mesmo tempo em que preservou as exclusões sociais.

Essa dicotomia nos chamou atenção e nos motivou a pesquisar um pouco mais sobre a cidadania no Brasil, país em que a maioria da população, diariamente, tem seus direitos violados e negligenciados, e não sabe, na maioria dos casos, como fazer para acessar os seus direitos; ou tem pouco conhecimento sobre as lutas históricas ocorridas no país para consolidar os seus direitos. A falta de um aprendizado do que vem a ser a cidadania, ou digamos de um aprendizado sobre a história da construção da cidadania no Brasil contribuiu negativamente para o que o cidadão brasileiro possa agir no sentido de exercer com maior plenitude os seus direitos e deveres como um cidadão.

Assim sendo, neste trabalho, buscamos entender como a cidadania foi sendo estabelecida ao longo da história. E pudemos constatar que o conceito de cidadania foi sendo construído ao longo do tempo, se confundindo com os valores de cada momento ou período pelo qual a humanidade passou, ou seja, o conceito de cidadania é parte da história de cada sociedade, de cada povo, de cada civilização, fruto do resultado de um processo dinâmico e dialético assim como nos mostrou Covre (1995 p.8).

No Brasil, não foi diferente. Todo o seu processo, desde a sua colonização, a sua perversa escravidão, a luta por independência, a passagem do regime imperial para o republicano, passando por várias revoltas violentas, derrubadas de governos, golpes, e outros episódios que a história registrou, em todos esses momentos, estava sendo criado ou recriado o conceito e a própria cidadania.

A luta por cidadania no Brasil não se deu, em todos os momentos, de maneira equilibrada. Muito pelo contrário, na realidade. Para que os direitos fossem conquistados, instituídos, assegurados, muitas lutas foram e ainda são travadas. Lutas encarniçadas, dolorosas, pesadas. Mesmo assim, ainda enfrentamos a dificuldade de fazer valer na prática essas conquistas.

O Brasil é um país que convive com extremos e que cotidianamente nega às pessoas alguns de seus direitos básicos de cidadão. Estamos falando de pessoas que são privadas de ir à escola, privadas de saneamento básico, privadas do acesso ao atendimento de saúde adequado, privadas de terem um transporte coletivo digno, privadas de terem sua habitação, privadas até mesmo do direito de comer, embora todos esses direitos estejam assegurados na Constituição Federal de 1988.

Além disso, no Brasil, a depender da cor da sua pele, da sua condição socioeconômica e do gênero, é possível ser gradativamente “mais” ou “menos” cidadão, isto é, ter mais ou menos condição para exercer a plenitude da sua cidadania.

Ou seja, o Brasil convive com a contradição entre ser cidadão ou ser um “não-cidadão”. Aqui uma minoria tem acesso a privilégios, enquanto uma maioria é privada de ter acesso a direitos básicos. Há no Brasil uma tensão entre manter privilégios e assegurar direitos, o que faz com que estejamos sempre um pouco mais distantes de podermos atingir níveis cada vez mais próximos de uma plenitude do exercício da cidadania.

A cada momento em nossa história é possível reconhecer a negação dos direitos civis, políticos ou sociais, e também ver a mobilização e a luta para assegurar algumas dessas conquistas.

Portanto, nos parece bastante pertinente entender como fomos criando o nosso próprio conceito de cidadania, pois sem este resgate histórico, a direcionar o nosso percurso, seria certamente muito mais penoso compreender o que é a cidadania.

Após recuperarmos algumas dessas passagens importantes da nossa história da cidadania, nós discutiremos o conceito de *cidadania insurgente*, e tentaremos trabalhar, a partir dele, questões sobre a nossa cidadania no momento atual.

Utilizando-nos desse conceito, vamos pensar sobre as manifestações ou jornadas de junho de 2013 – levante (movimento), com características muito específicas e com desdobramentos importantes para a conjuntura política brasileira atual.

Houve no Brasil, durante esse período que vai desde junho de 2013 até as eleições de 2018, um movimento oscilatório, no qual as reivindicações foram de posições mais progressistas, tais como: melhoria na qualidade do transporte público, melhor qualidade nas escolas públicas, melhorias no atendimento da saúde pública, contra os gastos exacerbados com a Copa das Confederações e Copa do Mundo (entre outras); e passaram para pautas mais conservadoras como: combate à corrupção, protestos contra a presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), clamores pela volta dos militares ao poder e contra uma pretensa “ameaça” comunista.

Este último movimento de caráter reacionário, que culmina com a eleição no final do ano de 2018 do atual presidente Jair Bolsonaro – Partido Social Liberal (PSL), candidato de extrema direita e que ameaça diversos direitos conquistados ao longo da história do povo brasileiro.

Embora sejam manifestações antagônicas que irromperam por todo o país, cabe notar que cada uma das posições arrogava para si estar lutando pelos valores da cidadania, por valores democráticos e em defesa da república.

Neste trabalho, o nosso percurso será, portanto: o Capítulo I irá resgatar as origens do conceito de cidadão e de cidadania, no seu aspecto histórico. O Capítulo II pretende discutir através da leitura do livro de José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil – o longo caminho*, a trajetória da luta pela cidadania no Brasil. O capítulo III se destina a discutir o conceito de *cidadania insurgente* de James Holston e problematizar a partir deste conceito as jornadas de junho de 2013 no Brasil e as manifestações reacionárias que eclodem posteriormente – ao final apresentamos as considerações finais.

Assim sendo, este trabalho, busca fazer uma análise do conceito de cidadania e colocar em perspectiva o que vem a ser a cidadania no Brasil e seus desdobramentos no momento político atual do país. E como formas e meios de luta por cidadania algumas das vezes acabam por se desfazerem em ações autoritárias ou retrocessos, suprimindo direitos ao invés de expandi-los, dentro desse movimento de expansão e contração, um movimento dialético.

Contudo, antes de adentrarmos no texto, gostaria de fazer uma ressalva sobre as razões das escolhas dos autores trabalhados neste trabalho.

A obra de James Holston faz um panorama histórico da cidadania brasileira e elabora o conceito de *cidadania insurgente*, que nos pareceu bastante pertinente para o desenvolvimento deste trabalho, além disso, utilizamos o livro de Maria de Lourdes Manzine-Covre, que faz uma síntese do percurso histórico do conceito de cidadania ao longo da história da civilização. Outro trabalho que nos baliza é o trabalho de José Murilo de Carvalho, que mostra a construção da cidadania no Brasil. Dialogando com esses autores, utilizamos diversos trabalhos, que discutem a questão da cidadania em perspectivas mais específicas.

Como, por exemplo, Bello (2013), ao trabalhar a cidadania e os movimentos sociais urbanos, sob a perspectiva dos conceitos do marxismo, sobretudo ao trazer questões importantes como a expansão ou a ampliação da cidadania liberal-democrática; outro trabalho interessante é a coletânea de artigos do livro *A cidadania que não temos*, organizado por Covre (1986), artigos que trabalham questões da cidadania sobre a problemática brasileira após a ditadura militar; *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*, de Pedro Demo (1995), é uma abordagem importante da questão da cidadania pela ótica da presença ou da ausência do Estado, problematizando a questão do neoliberalismo e sua influência sobre a cidadania; *Direito, cidadania e participação* é uma coletânea de artigos organizados por Maria Victoria Benevides, Bolívar Lamounier e Francisco Weffort, em que importantes intelectuais como Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Konder Comparato, Celso Lafer e Raymundo Faoro discutem a partir das questões do direito o processo de desenvolvimento da cidadania; *O Cidadão e o Estado*, de Teresa Maria Frota Haguette (1994), traz capítulos explicativos e que problematizam a questão dos direitos civis, políticos e sociais; entre outros diversos trabalhos que poderíamos aqui citar.

A questão é que, em se tratando da discussão da cidadania, o que podemos notar é que um tema que atravessa diferentes áreas do conhecimento, como sociologia, a antropologia, o direito, a economia, a filosofia, a história e a ciência política, cada um contribuindo para o enriquecimento da discussão.

Nós optamos neste trabalho por uma abordagem que foge dos trabalhos e leituras desenvolvidas pelo antropólogo Roberto da Matta, linha culturalista. Preferimos a leitura de autores que divergem da leitura culturalista elaborada por Da Matta e outros, seguindo a

crítica elaborada por (Souza 2018 p. 83-88), e buscamos refletir nas questões e leituras mais estruturalistas do problema da cidadania. Assim sendo, não tivemos a intenção de esgotar todas as questões elaboradas por esses diferentes autores, mas em cada um deles pudemos acompanhar o desenvolvimento da discussão em torno do conceito de cidadão e de cidadania.

Capítulo I – Primeiras Noções de Cidadão e de Cidadania

Neste capítulo, iremos, sucintamente, remontar um pouco o desenvolvimento da cidadania e algumas de suas implicações. O objetivo é rememorar os fatos registrados pela historiografia, como um guia a nos levar pelo percurso da cidadania. Temos consciência de que cada um dos tópicos aqui apresentado é material para elaboração de trabalhos de maior complexidade.

1.1 – O Cidadão em Atenas e Roma

Uma primeira noção de cidadania nos leva até a polis grega, quando os homens começam a se reunir para tomarem decisões sobre os rumos da cidade-estado, por volta de cinco séculos antes de Cristo; começava naquele momento a civilização ocidental a dar os primeiros passos em direção a organizar os seus direitos e deveres, neste momento começou a ser delimitada uma noção de cidadania, e também, a distinção entre espaço privado e espaço público.

Os negócios públicos eram gerados e vivenciados numa relação entre iguais na polis, por meio do uso de discursos é que se davam as disputas, ali se buscava persuadir os demais, neste local estava sendo gestado um espaço comum de poder. Contudo, é preciso lembrar o fato de que esse espaço entre iguais, a que estamos nos remetendo, era também ao mesmo tempo excludente em relação às mulheres e escravos.

A polis diferenciava-se do lar pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que o lar era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Significava nem governar, nem ser governado. Assim dentro do domínio do lar, a liberdade não existia, pois o chefe do lar, seu governante, só era considerado livre na medida em que tinha o poder de deixar o lar e ingressar no domínio político, no qual todos eram iguais. É verdade que essa igualdade no domínio político tem muito pouco em comum com o nosso conceito de igualdade; significava viver entre pares e ter de lidar somente com eles, e pressupunha a

existência de desiguais que, de fato, eram sempre a maioria da população na Cidade-Estado (Arendt, 2009, p.39).

A cidadania tem relação com o espaço público, com a vida na cidade, tem relação com o ideal de cidadão-livre, que tinham dentro de si a percepção de que há uma atuação que é pertinente à esfera privada, e outra que é pertinente à esfera pública Covre, (1995, p.16). O espaço público é o espaço em que tudo que nele ocorre, diz respeito a cada um dos seus membros, tudo que ali se faz afeta a todos igualmente, na polis os homens passam a ter uma experiência do que é viver numa relação de iguais, o espaço público é o *lócus* no qual tudo o que nele ocorre ou aparece tem de ser visto e ouvido por todos, e tem de ter a maior divulgação possível. Por oposição, o espaço da esfera privada é o espaço do obscuro e daquilo que deve ser reservado Arendt, (2019, p.56).

Os romanos, assim como os gregos, também tiveram uma experiência importante e que também irá nos legar grandes ensinamentos, quando da formação da república. Na república romana, o bem comum se sobrepunha ao bem privado, o valor presente entre os romanos, portanto, é o de que se deveria sobrepor, mas não necessariamente sacrificar o bem privado em nome daquilo que é bem comum.

Arendt (2019, p.73), nos ajuda a pensar as nuances existentes nos valores dados pelos romanos no tocante às esferas pública e privada. Eles buscaram a plenitude da vida no lar e na família, ao mesmo tempo em que almejaram com agudeza política uma forma de coexistência tanto do domínio do espaço privado com o domínio do espaço público. Neste aspecto, segundo a autora, os gregos tiveram outra perspectiva e tentaram sacrificar o espaço privado em favorecimento do espaço público.

Ainda continuando neste quesito, em seu livro “*A República*”, Janine (2001, p.10) analisa, no início do seu trabalho, um episódio histórico que irá ilustrar esse ponto que mencionamos acima. Ele nos narra a passagem na qual Brutus¹ manda executar os próprios filhos, após descobrir que os mesmos conspiravam contra a recém instaurada República Romana, dando

¹ Lúcio Júnio Brutus é fundador da República Romana, liderou a luta contra a dinastia dos Tarquínios e se torna Cônsul. No entanto, pouco tempo depois de assumir o poder, seus filhos se aliaram com a dinastia derrotada e tramaram um golpe contra Brutus. Descobertos, o pai manda executar os próprios filhos, dando prova de lealdade à República romana. A cena foi imortalizada no quadro *Os litores trazendo a Brutus os corpos de seus filhos*, pintado por Jacques-Louis David (1748-1825) no ano de 1789. Para saber mais, ver o artigo de Alberto José Colosso Sartorelli *A Conjuração dos mortos: Análise de “Brutus” de David*, disponível em: <<https://medium.com/@albertosartorelli/a-conjura%C3%A7%C3%A3o-dos-mortos-an%C3%A1lise-do-brutus-de-david-d1563428b7f5>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

exemplo de abnegação que todo o cidadão deveria ter em relação ao cumprimento do seu dever diante da república.

Mesmo que aqui tenhamos um exemplo de sacrifício de membros da família (espaço privado) em proteção à república romana, a dor daqueles que estão retratados na pintura, mostra que aquele era contrário à vontade de se “harmonizar” os dois espaços; não é um episódio glorioso, pelo oposto, a pintura revela desolação dos membros retratados.

Portanto, de acordo com essa perspectiva, o regime republicano teria na sua natureza a busca não do benefício de um, ou de poucos, mas a vantagem do coletivo; em nenhuma hipótese, o bem comum da república se confundiria com o bem privado, acrescentando mais um alicerce para a construção de uma noção daquilo de cidadania.

Essas noções de cidadania surgidas na antiguidade greco-romana que mencionamos foram se transformando com o passar do tempo e chegamos ao ponto de se perder a percepção do que de fato vinha a ser a vivência em caráter privativo, isto é, da vida em esfera privada.

E novamente temos que recorrer a Hannah Arendt para entendermos o que isso significava. A vida na esfera privada tinha como fundamento privar os indivíduos de algo mais essencial, que só poderia ser vivido na esfera pública. Em outras palavras, viver na esfera restrita do lar era privar-se da liberdade, de ter uma igualdade, de atuar na esfera pública, de ser visto e ouvido pelos demais, de sair de uma vida na obscuridade, para uma vida na “claridade”, na “luminosidade”, numa vida de exposição. Arendt (2009, p.74) dirá que o advento do cristianismo, em seguida no processo histórico, quase extinguiu essa consciência de que no âmbito da esfera pública ocorre algo essencial aos seres humanos, substituindo essa concepção por uma ideia de moral cristã no qual o indivíduo deveria cuidar dos seus afazeres e que a responsabilidade política constituiria antes de tudo em um ônus, a ser aceito em troca em prol do bem-estar e da salvação, para se libertar da preocupação com os assuntos públicos.

Sucintamente, estes são alguns poucos aspectos, porém relevantes, que buscamos resgatar na origem da noção de cidadania na antiguidade clássica, aspectos estes que nos fazem perceber valores importantes que constituem a cidadania e que nos acompanham ainda hoje.

1.2 – O Cidadão Burguês

Saindo da antiguidade e seguindo para o período feudal, que se caracterizou por ser uma sociedade que tinha como característica o imobilismo social, podemos dizer que há um hiato na história do desenvolvimento da cidadania, durante esse período, sendo preciso um profundo processo de transformação da sociedade, para novamente retomarmos a discussão sobre a cidadania.

Embora fossem escravistas, as sociedades gregas e romanas promoveram em suas cidades certo exercício de cidadania. Contudo, no período que vai do século V ao XIII, surgiu a sociedade feudal – que era rural. Foi só com o desenvolvimento da sociedade (capitalista cujo início podemos talvez situar no século XV), com a longa ascensão da burguesia em luta contra o feudalismo, que se retorna pouco a pouco ao exercício da cidadania, como parte da existência dos homens vivendo novamente em núcleos urbanos (Covre, 1995, p.17).

As primeiras noções de cidadão e de cidadania modernas estão vinculados com a formação da sociedade burguesa, como surgimento do mercantilismo e com os valores que estão sendo gerados nesse momento; a cidadania aí tem relação com a valorização do trabalho. Durante o feudalismo, o trabalho não tem o prestígio² que lhe foi dado em momentos posteriores. É com o surgimento da classe mercantilista/burguesa que passamos a ter outra perspectiva de valorização em relação ao trabalho. Para Covre (1995, p.23), as pessoas, que são comerciantes, passam a viver em cidades, enfatizam e dão prestígio ao trabalho, e também a certos valores de algo que será o embrião do que chamaremos de cidadania, daquilo que serão as concepções modernas de cidadania.

As diversas e diferentes transformações sociais e culturais que as sociedades europeias vivenciam, durante esse período, conduzem para mudanças profundas relacionadas ao trabalho. Dentre essas transformações, é possível destacar as revoluções protestantes, que por volta do século XVI, de maneira mais enfática, aumentaram a valorização do homem por meio do seu trabalho.

² O artigo de Máira Neiva Gomes e Davi Niemann Ottoni reflete sobre a evolução do trabalho e mencionam os autores que “[...] a dispersão da população, o fim da escravidão e a necessidade do cultivo da terra, levaram os religiosos de várias ordens ao trabalho na terra [...] o trabalho era fonte de sobrevivência, não destinada a acumulação e prevenia a tentação” Seu texto *A Evolução do valor do trabalho: Da negação na Antiguidade à centralidade no sistema filosófico marxista* encontra-se disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=0810699abe09927a>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

A noção secularizada de espírito passa a designar as duas fontes morais do mundo moderno. A primeira delas na definição de produtor útil e a segunda delas na noção de ser humano sensível. Historicamente, a noção de produtor útil é mais antiga. Ela já está pressuposta na própria subjetividade cristã, mas sua feição radical é protestante. Foi Martinho Lutero quem tornou o vínculo do trabalho sagrado. Precisamos lembrar que, na Antiguidade, quem trabalhava era escravo e no medievo, o servo. O trabalho era ultrajante e o ócio dignificador. Com o protestantismo, essa hierarquia moral é posta de ponta-cabeça. “Agradar”, a Deus agora, só era possível por meio do trabalho, percebido como um chamamento divino. Isso foi acrescido do toque democratizante do protestantismo, já que o tipo de trabalho não era importante, mas o “modo” como ele era exercido. Como diz Taylor, o Deus protestante ama o advérbio, o modo como se faz as coisas, e menos o que se faz (Souza, 2018 p.41).

Nesta perspectiva, a partir das revoluções protestantes, uma nova noção, uma nova maneira do homem se relacionar com os bens, com a terra se estabelece; Covre (1995, p.22) dirá que se estabelece uma nova ética que determinará o comportamento, das pessoas, surgindo a concepção de uma mentalidade burguesa, dando início ao processo do capitalismo.

Some-se a isso que a influência promovida pela revolução científica, alterando valores, questionando dogmas religiosos, rompendo com as bases do poder da igreja, ajuda a sociedades europeias a se transformarem, a partir de uma nova racionalidade. Essas sociedades irão retomar questões de cidadania surgida entre gregos e romanos e irão conceber uma novidade. A noção de igualdade entre os homens perante a lei, com os homens sendo valorizados e nivelados em função do trabalho desempenhado; dessa noção, desse trabalho, dessa produção de riqueza que virá uma noção de cidadania, juntamente com a demarcação de um individualismo a caracterizar os homens a partir de então.

Acenou-se, de certa forma, com a proposta que surgiria séculos depois, sobre a possibilidade de todos os homens serem iguais, ainda que apenas perante a lei. A concepção de que todos os homens podem ser iguais pelo trabalho e pela capacidade que têm— eis aí a visão de mundo burguesa, que preza o individualismo e um tipo de cidadania. (Covre, 1995, p.23)

Interessante notarmos que a formação dos valores da cidadania que estão sendo construído nos chama atenção para possibilidade de os homens serem iguais “[...] ainda que apenas perante a lei”. Esse “ainda” é um grande avanço para a humanidade, no tocante a reconhecer o trabalho, reconhecer o indivíduo. No entanto, reconhecer igualdade perante a lei não significava a aplicação dessa igualdade de fato, essa relação entre estar estabelecido em lei e sua aplicabilidade não se dá de forma imediata.

Estas complexidades que mencionamos serviram de objeto de estudo para importantes pensadores e filósofos da modernidade dos séculos XVII, XVIII e XIX, que irão problematizar e prospectar novas concepções de cidadania.

1.3 – O Cidadão na Concepção de John Locke, Rousseau e Kant/A Declaração dos Direitos do Homem

John Locke (1632-1704) irá conceber uma noção de cidadania³ baseada na concepção de propriedade do corpo. Cada um teria ou deveria ter a propriedade do seu próprio corpo, e uma vez tendo a propriedade sobre o seu corpo teria por consequência domínio sobre o seu trabalho e desta forma teria seu direito de cidadania⁴. De acordo com Locke, há distinção entre aqueles que têm domínio sobre seu corpo (sobre o trabalho que desenvolvem) e aqueles que não têm esse domínio. Aquele que não possui o domínio sobre o corpo ficaria privado do seu direito pleno de cidadania. Ou seja, vinculando à noção do valor do trabalho, Locke estabelece um critério para que se possa ser considerado ou não cidadão.

Já para Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), essa concepção em torno da construção da cidadania tem contornos diferentes em relação a John Locke. Na vertente do pensamento rosseauiano, o domínio sobre o corpo não seria a premissa primordial, posto que ela, na realidade, conduziria os homens a explorarem outros homens; e estes homens explorados seriam privados de seus direitos. Em Rousseau, aparece o elemento de que os homens devem encontrar condições para se associarem e se defenderem, pelo qual todos unidos devem obedecer a si mesmos permanecendo livres.

A idéia seria a de evitar a exploração, ou nas palavras do autor, “[...] ninguém deveria ser tão rico ao ponto de ter domínio sobre o outro, e ninguém deveria ser tão pobre ao ponto de ter que se vender”. Rousseau combatia o argumento de Locke, ao mesmo tempo em que buscava

³ Sérgio Train Filho, na sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de Campinas no Departamento de Filosofia com o título *A Cidadania em John Locke*, traz uma importante nota que aqui reproduzo. O autor nos esclarece que o termo cidadania não aparece nos *Dois Tratados Sobre o Governo* e nem nos *Ensaios Políticos*; quando Locke remete aos direitos políticos utiliza expressões como: “membros da comunidade”, “indivíduos que fazem parte do corpo político” ou “pessoas integrantes da sociedade civil” – ver nota de rodapé n. 1 da tese *A Cidadania em John Locke*, disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279522/1/TrainFilho_Sergio_M.pdf>. Acesso em 17 jan. 2019.

⁴ Para as concepções de cidadania dos filósofos, seguimos a trajetória e a leitura de Maria de Lourdes Manzini Covre no livro *O que é cidadania* (1995, p.25), no qual a autora aborda de forma sucinta o pensamento de John Locke, de Jean Jacques Rousseau e de Immanuel Kant sobre a construção da cidadania.

encontrar um caminho intermediário entre igualdade no aspecto econômico e a liberdade no âmbito político; o exercício da cidadania se daria dentro desse movimento de equilíbrio entre igualdade e liberdade Covre, (1995 p.28).

Em Kant (1727-1804), se concebe a ideia de um estado de direito que seria capaz de assegurar a paz entre os homens, organizando-os de modo a viverem civilizadamente. Para essa realização, se faz necessário que o estado de direito se organize elaborando as leis e evitando os conflitos, ou melhor, transferindo os conflitos para dentro do espaço nos quais são geradas e organizadas as leis, isto é, para dentro do próprio Estado.

Dentro dessas três perspectivas, o que teríamos seria a consolidação, a sistematização do pensamento da noção de direitos e da construção da cidadania mediante a ampliação da participação dos homens nesta construção. Aos poucos, como fica exposto no resumo do pensamento destes autores, a cidadania se construiria em conjunto, com o estabelecimento de critérios afirmados e firmados pela sociedade e suas instituições. Nos três autores, seja através do domínio sobre o próprio corpo (Locke), seja sobre ter a liberdade de associação (Rousseau) ou pela razão em obediência às leis criadas pelo estado de direito (Kant), o que fica sobressaltado são as noções de individualismo, coletivismo e o papel do estado, sem as quais a construção da cidadania não seria possível.

Com o advento da Revolução Francesa, essas concepções e noções de cidadania passaram a ganhar contornos mais universalistas, isto é, buscando ampliar e incluir cada vez mais um número maior de pessoas, assegurando a elas os seus direitos contra os abusos dos governos despóticos e tirânicos.

Por meio da construção de governos baseados em constituições, passamos a ter um novo parâmetro de cidadania, uma vez que os governos constitucionalistas passaram a se assentar sobre a ideia de divisão de poderes independentes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

O constitucionalismo moderno tem, na promulgação de um texto escrito, contendo uma declaração dos Direitos Humanos e da cidadania, um dos momentos centrais de desenvolvimento e de conquista, que consagra as vitórias do cidadão sobre o poder. Usualmente, para determinar a origem da declaração no plano histórico, é costume remontar à *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen*, votado pela Assembleia Nacional francesa em 1789, na qual se proclamava a liberdade e a igualdade nos direitos de todos os homens, reivindicavam-se os seus direitos naturais e imprescritíveis (a liberdade, a propriedade, a segurança, a resistência à opressão), em vista dos quais se constitui toda a associação política legítima (Bobbio, 1983 [2010]).

Bobbio (1983 [2010] p.249) chama atenção para a questão da divisão e da classificação dos direitos em civis, políticos e sociais. Ressalta o autor o fato de que cada um dos direitos implicaria em posturas diferentes do estado frente ao cidadão, por exemplo: sendo os direitos civis caracterizados pelo respeito à personalidade do indivíduo, respeito à sua liberdade de expressão, de pensamento, e de posicionamento religioso, a postura do estado deveria ser de não impedir, ou seja, ter um afastamento em relação ao indivíduo dando-lhe o devido espaço para agir. Ao se tratar dos direitos políticos, que exprimem a garantia dos indivíduos de organizarem partidos, associações para participarem da construção do estado democrático representativo, deve ser assegurada a possibilidade de uma atuação mais ativa por parte dos indivíduos. No tocante aos direitos sociais, que conferem acesso aos direitos ao estudo, saúde, trabalho, aí o papel do estado deve ser mais atuante, para permitir o acesso de todos a estes benefícios.

Cabe mencionarmos que essa divisão dos direitos em civil, político e social, é concebida por Thomas Humphrey Marshall, no seu livro *Cidadania, classe social e status*. Nele, o autor buscou demonstrar o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra durante o século XIX. Sobre a divisão dos direitos, Marshall (1963, p.63-64) dirá que o direito civil se caracteriza basicamente por assegurar as liberdades individuais (liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, de pensamento, de fé, direito à propriedade, de concluir contratos válidos) e o principal direito, o de acessar a justiça, esse direito está diretamente vinculado aos tribunais de justiça.

O mesmo autor dirá que o direito político remete ao direito de participação no exercício do poder político, isto é, tendo assegurada a sua participação como membro de um organismo, como um partido político, uma associação, ou através do exercício do voto, neste sentido as instituições que mais se vinculam a este direito são os parlamentos e os governos executivos nas suas diferentes esferas.

No tocante aos direitos sociais, estes remetem ao gozo do mínimo de bem-estar econômico do cidadão e dele poder ter acesso a bens e serviços que lhe possam garantir uma vida dentro de parâmetros de uma civilidade, ele se liga mais profundamente aos sistemas educacionais, e de serviços sociais.

E ressalta Marshall (1963, p. 64) que, durante a antiguidade e período feudal, todos esses direitos encontravam-se fundidos, muito em razão de que as próprias instituições se

encontravam também aglomeradas, confundindo as suas áreas de atuação. Com seu desenvolvimento, sua evolução e a passagem do período feudal para a constituição dos estados nações, é que teremos a construção de cidadania moderna caracterizada pela separação dos direitos, por conta da separação das instituições, mas também pelo fato de sairmos da concepção de direitos e deveres de âmbito local (cidades e feudos), para uma concepção nacional de cidadania.

[...] Mas esse *status* não era de cidadania no sentido moderno da expressão. Na sociedade feudal, o *status* era a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade. Não havia nenhum código uniforme de direitos e de deveres com os quais todos os homens nobres e plebeus, livres e servos eram investidos em virtude da sua participação na sociedade. Não havia, nesse sentido, nenhum princípio sobre a igualdade dos cidadãos para contrastar com o princípio da desigualdade de classe. Nas cidades medievais, por outro lado, exemplos de uma cidadania genuína e igual podem ser encontrados. Mas seus direitos e deveres específicos eram estritamente locais, enquanto a cidadania cuja história tento reconstituir é, por definição, nacional. Sua evolução envolveu um processo duplo, de fusão e de separação. A fusão foi geográfica e a separação, funcional. O primeiro passo importante data do século XII quando a justiça real foi estabelecida com força efetiva para definir e defender os direitos civis do indivíduo – tais como eram então – com base não em costumes locais, mas no direito consuetudinário do país (Marshall, 1963, p.64).

Assim sendo, avançamos na noção de cidadania, que como vimos se expande em conformidade como avanço das classes burguesas e com a valorização do trabalho, contudo, como veremos adiante, com as críticas de Karl Marx a despeito das classes burguesas e do capitalismo do século XIX serão trazidas à tona questões importantes no tocante a cidadania.

1.4 – A Cidadania em Karl Marx

As sociedades que surgem após as revoluções, Inglesa (1689), Americana (1776) e Francesa (1789) asseguraram, após muitas lutas, a redução do poder abusivo, tirânico e despótico e buscaram promover o indivíduo à condição de cidadão, no entanto, muito havia ainda para se avançar, diante de um mundo em transformações políticas, sociais e econômicas profundas. O mundo do capitalismo, o mundo fabril, irá produzir outras formas de exploração e de abusos, exigindo outras interpretações e mecanismos de resistência e de luta pela cidadania no século XIX.

Vimos até aqui que a cidadania na modernidade, irá surgir acompanhada pelas mudanças produzidas pelas transformações burguesas na Europa. As teses de Karl Marx, em linhas

gerais, são resultado de uma crítica sistemática desses valores e concepções burguesas e capitalistas. Uma das questões que a visão marxista trará é o fato que a construção dos valores de cidadania pelas classes burguesas se desviou da sua proposta original de emancipação, e se transformaram eles mesmos em instrumento de dominação de uma classe social sobre outra.

Marx pôde notar essas relações porque alterou a visão interpretativa, em relação aos seus predecessores, os contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau). Ele tomou como ponto de partida para as suas discussões, as teses de George Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), que, de acordo com (Baptista, 2009 p.21), nos legou, entre outras coisas, a concepção de que o “estado moderno” seria o criador da “Sociedade Civil”, rompendo, portanto, com as perspectivas contratualistas, que afirmavam que o estado havia se formado a partir do contrato da sociedade civil. Tanto em Hegel como em Marx o estado passa a ser um ente distinto da sociedade.

Este estado teria como função dar proteção aos indivíduos e garantir os seus direitos, mas Marx entende, ao analisar a Constituição Francesa, por exemplo, que essa proteção oferecida pelo estado, se daria no âmbito individual, com base no individualismo, isto é, uma liberdade limitada em si mesma e que não teria expansão junto aos demais cidadãos, portanto, seria uma defesa de liberdade isolada, na prática uma liberdade em defesa da propriedade privada; assim sendo, essa sociedade civil não colocava o homem numa condição universal, mas criava condições para formação de homens cindidos.

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente (*a son gré*), sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal. A liberdade individual e esta aplicação sua constituem o fundamento da sociedade burguesa. Sociedade que faz que todo homem encontre noutros homens não a realização da sua liberdade, mas pelo contrário, a limitação desta (2005 a:21 apud BAPTISTA, 2009, p. 23).

Covre (1995, p.33) também aponta que Karl Marx soube demonstrar como o trabalhador é explorado dentro do sistema (capitalista) que se colocava anteriormente como libertador.

Retomando um ponto que mencionamos anteriormente, onde dizíamos que é com ascensão burguesa que passou a ter uma valorização do trabalho – pois o trabalhador poderia vender “livremente” a sua mão de obra, mas, à medida que essas relações se transformam, este trabalhador passará a ser explorado ao vender o seu trabalho. E, ao vender a sua força de

trabalho, ela não será suficiente para ele prover a si mesmo e a sua família, logo o sistema capitalista desenvolvido pela classe burguesa deixa de ter esse caráter libertador e emancipatório, ao menos no tocante a perspectiva do trabalhador.

O capitalismo, de acordo com Marx, se baseia na acumulação de capital, que só seria possível mediante a apropriação indevida das riquezas de outros povos, ou por meio da exploração dos trabalhadores.

Ou seja, por meio desta leitura, a liberdade contida nas constituições dos estados modernos, ou na “*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*” de 1789, segundo Marx, denota um valor abstrato da igualdade entre os homens, e não pode atingir a sua plenitude concretamente. Os homens não são de fato livres e nem iguais porque as suas condições materiais, pelas quais estão inseridos em sociedade, não são iguais, mesmo que a lei afirme esses direitos, eles não são de fato implementados, pois há outras barreiras e impedimentos.

Fundamentos e valores das classes burguesas e o sistema capitalista não produziram as melhores condições para que a cidadania pudesse ser exercida na sua plenitude e para todas as classes sociais. O capitalismo, em conjunto com a valorização do trabalho, os valores burgueses que enaltecem o indivíduo, são historicamente importantes, mas o que Marx nos ensinou é que foram insuficientes para a conquista de um caráter universalista dos direitos dos cidadãos.

Desta forma, estes homens explorados, marginalizados, precisam tomar as rédeas da sua história e reivindicar o seu espaço e a sua inclusão para, de fato, tornarem-se cidadãos e gozarem dos direitos de cidadania. A contribuição do pensamento de Marx para o debate sobre cidadania é grande, pois a partir dele pudemos estabelecer outros parâmetros para essa análise, passando para aspectos materiais, estruturais e econômicos.

Como é possível se constituir enquanto cidadão se não há salário decente? Como se tornar cidadão se não há educação para todos? Se não há um sistema de saúde adequado? Como se tornar cidadão quando não há distribuição de riquezas de forma justa? Essas questões passam a ser mais centrais, quando colocadas à luz das reflexões de Marx. Por meio do pensamento de Marx, é possível pensar que outros elementos se estruturam para a conquista de uma plenitude quando falamos de cidadania.

Tomando como panorama de fundo aspectos da cultura burguesa (e, em seu extremo, do marxismo), gostaria de pensar uma concepção de cidadania plena – ao nível econômico, político, social, cultural. E que se coadune com a construção de uma sociedade mais democrática. Não pode haver cidadania se não houver um salário condigno para a grande maioria da população. O trabalhador, enquanto mercadoria, deve lutar para obter certa equivalência na troca estabelecida como capitalista e o Estado. É preciso que ele tenha acesso aos bens que complementam sua vida (habitação, saúde, educação) e que compõem os chamados direitos sociais. Mas, antes, é necessário que os trabalhadores tenham direitos políticos e que existam mínimas condições democráticas para reivindicar o seu direito de ser cidadão e de, enquanto tal, poder batalhar, por quaisquer de seus direitos (Covre, 1995, p.37).

O trabalho de Karl Marx foi fundamental para que pudéssemos perceber outras possibilidades de entendimento sobre os limites impostos pela concepção burguesa de cidadania. Com ele, é revelado para todos agora, que não bastaria somente a garantia de igualdade perante a lei; mas também que as condições materiais que concebem a sociedade são igualmente fundamentais. A cidadania está, portanto, plenamente ligada à riqueza, ou, melhor dizendo, com a distribuição dessa riqueza de forma mais justa e igualitária.

Essa é uma das razões que nos fazem entender a pertinência do debate em torno da cidadania atualmente, ela é estratégica e deve ser realizada dentro dos espaços sociais e também dentro das instituições burocráticas do estado.

Tanto nos espaços sociais quanto no espaço das instituições do estado, o que temos é uma luta constante travada entre aqueles que detêm o poder e concentram a riqueza e aqueles que são explorados e oprimidos. Reivindicar esses direitos é de certa forma lutar para que o estado direcione os seus recursos para os desprovidos, ao passo que representa também distribuir as riquezas de forma mais igualitária. Lutar pela cidadania pela ampliação dos direitos é, por consequência, lutar pela descentralização de poder e de riqueza, é lutar para diminuir as misérias no mundo, é lutar para diminuir as desigualdades sociais.

A cidadania, isto é, a luta pela sua consolidação é importante e necessária, já que ela de certa forma caminha em sentido oposto ao sistema de classes sociais. As classes sociais de acordo com Marshall (1963, p.76) são um sistema de desigualdade e, como sabemos, a cidadania é exatamente o mecanismo que busca diminuir as desigualdades, a questão é que ambas se desenvolveram conjuntamente na Inglaterra do século XVIII, coincidindo com o próprio avanço do capitalismo.

A busca por cidadania e pela diminuição de desigualdades, e o capitalismo, um sistema de desigualdade, conviveram inicialmente sem entrarem em choque no início porque os direitos

desenvolvidos primeiramente na Inglaterra foram os direitos civis que primavam por uma liberdade que ia ao encontro dos valores do mercado competitivo necessário à expansão capitalista; eles conferiam aos indivíduos *status* individual e o poder de participarem como alguém independente, apontando para uma direção na qual o indivíduo poderia proteger-se a si mesmo, sem uma proteção social.

Podemos situar a proposta de Marshall quanto ao seu aspecto ideológico, de acordo com Bello (2013, p.63-64), como mais voltada para a social democracia, pois tentou equilibrar aspectos contraditórios de igualdade e desigualdade, pôs em xeque os conceitos de *status* e classe social; e, além disso, traçou uma concepção liberal-democrática ampliada de cidadania, buscando a inserção de grupos que anteriormente se encontravam restringidos pela proposta liberal. Ou seja, sua proposta era a de ampliação, de alargamento do conceito de cidadania.

Homens livres que vendiam a sua força de trabalho livremente e que por meio deste iriam ascender socialmente, por isso num primeiro momento os valores de cidadania (direitos civis) coincidiam com os valores capitalistas, uma vez desfeita essa imagem e passado este momento, a busca pelos direitos políticos e principalmente pelos direitos sociais, o que teremos é a ruptura entre a visão capitalista e a noção de cidadania. É a partir deste momento que a cidadania se mostrará em caminho oposto ao do sistema capitalista, os interesses de uma perspectiva e de outra se estabelecem como conflitantes.

Se os capitalistas não têm limites para acumulação de riqueza, do outro lado os trabalhadores e os mais pobres também aumentam as suas demandas para diminuir as discrepâncias existentes entre ricos e pobres, entre capitalistas e trabalhadores, entre opressores e oprimidos. Achar soluções para essa tensão constante é a dificuldade enfrentada, e as soluções encontradas se revertem em momento futuro em novos desafios. Neste confronto, todos os lados jogam de acordo com os seus interesses, num processo dialético.

Assim, embora os homens estejam limitados em sua evolução pelas condições existentes, são esses mesmos homens que vão criar outras condições, deverão também ser novos homens. Do contrário a História vai emperrar. Veja-se, por exemplo, a posição da classe burguesa depois do período revolucionário, tornando estagnado o avanço das estruturas em luta permanente contra a nova força que avançava, os trabalhadores. Vejam-se, também, as revoluções socialistas que mudaram grande parte das estruturas, mas que depois não se permitiram avançar plenamente em nível cultural; restaram mentalidades velhas para uma nova estrutura, que caducou. Hoje, esses países renovam-se, abrindo-se para o exterior em busca de novos caminhos. A mudança entre estrutura e sujeitos é complexa; tanto

um quanto o outro mudam-se reciprocamente, e é preciso, de forma contínua, aprender-se o novo, a nova estrutura, o novo sujeito (Covre, 1995, p.36).

Na medida em que o capitalismo avança e se torna global ele gera também mazelas e contradições. Iremos a partir de agora tentar ver um pouco melhor como se dá essa concepção do cidadão dentro da perspectiva de avanço do capitalismo monopolista, e sua relação com o consumismo.

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso o culto ao consumo é estimulado (Santos, 2000, p.19).

1.5 – Capitalismo, Consumo e Cidadania

Percorremos esse longo trajeto histórico para chegarmos até o momento contemporâneo, neste período em que o capitalismo passa a ser caracterizado pela expansão das grandes empresas e por seu caráter monopolista, período em que se exacerba ainda mais a concentração do capital e de poder.

Os capitalistas (oligopolistas), para aumentarem os lucros, desenvolveram ações imperialistas aumentando a exploração de regiões e de países. São essas ações desenfreadas e extremistas que resultam na crise de 1929, em regimes extremistas e na geração de grandes conflitos como as I e II Guerras Mundiais.

Olhando pela perspectiva dos trabalhadores, o final do século XIX mostra um aumento e aperfeiçoamento no modo de organização e de luta por meio do fortalecimento dos sindicatos, associações, partidos políticos, e em 1917 sob a influência da Revolução Russa, houve maior ascensão desses movimentos dos trabalhadores organizados na Itália, Alemanha, Espanha, França, e também fora da Europa, como no Brasil, por exemplo.

Trabalhadores se uniram em torno de uma pauta de reivindicações que vai da melhoria das condições de trabalho e passa por reivindicações por saúde, educação, habitação. A novidade neste momento é que os trabalhadores também passaram a se organizar politicamente, se apoiavam em partidos políticos, para promoverem transformações profundas e radicais na

sociedade, e para promover revoluções mundo afora. Os trabalhadores de diferentes lugares e países estavam promovendo em escala de grande amplitude a luta pela cidadania e o seu exercício. Como podemos perceber por meio de Luigi Biondi.

Em março de 1917, a par do que estava acontecendo em outras cidades brasileiras, sobretudo na capital federal, começou um movimento contra a chamada “carestia de vida”, isto é, contra a alta dos preços. Em São Paulo, esse movimento tomou forma de um Comitê Popular de Agitação, liderado pelo Centro Libertário e pelo grupo editor do periódico anarquista de língua italiana *Guerra Sociale*. A campanha ganhou o apoio do Centro Socialista Internacional, do *Circolo Socialista di Agua Branca e Lapa*, do grupo socialista alemão, dos dois grupos republicanos italianos e do Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires, entre outros. Iniciou-se então a realização periódica de assembleias populares e comícios de protesto nos bairros operários de São Paulo, que culminaram com um comício geral no largo da Concórdia, no Brás. Na esteira da campanha, o Dia Internacional do Trabalhador foi comemorado com grandes passeatas, precedidas por comícios nos bairros do Cambuci, Mooca, Brás e Bom Retiro, que convergiram para o Centro da cidade (BIONDI, 2015, p.2).

Para Covre (1995, p.42), o aumento da organização dos trabalhadores, buscando frear e conter a exploração, gera uma forte reação do capital, primeiro como maquinaria (para substituir/diminuir o número de trabalhadores) e na etapa monopolista com o avanço tecnológico. Além disso, o estado nesse momento aparece como uma espécie de “empresa” e que rege as lutas de classes, atua junto às empresas, favorecendo o processo de concentração, impedindo que organização capitalista entre em conflito a ponto de se autodestruir.

O estado também organizou um corpo burocrático que se valeu da tecnologia em expansão e a partir desses mecanismos construídos na relação entre Estado e capitalistas se deram as condições estruturais necessárias para fazer uma proposta de porte mais “socializante”, capaz de diminuir as tensões sociais que eclodiram nas primeiras décadas do século XX.

Essa proposta entra no processo histórico através das políticas desenvolvidas pelo Estado de Bem-Estar Social (*WelfareState*), tentando fundir num meio termo o capitalismo liberal e o socialismo, numa fusão que manteria a liberdade do capitalismo com o atendimento de algumas demandas por justiça social do socialismo.

Um jogo dúbio, podemos assim classificar, no qual se oferecia o acesso a alguns dos direitos reivindicados, mas ao mesmo tempo se impedia o avanço da organização operária – que buscava através da sua luta estabelecer uma sociedade mais igualitária; uma concessão de direitos, mas que teve também como propósito gerar a desmobilização dos trabalhadores

mundo afora e conformá-los com a lógica do capital. A cidadania avançou, mas por meio de propostas que geraram desmobilização, e no qual o ideal de acumulação capitalista não corria grandes riscos de ser afetado.

Dentro dessa perspectiva o trabalhador foi alienado, porque o atendimento parcial de algumas de suas propostas, por meio do Estado de Bem-Estar Social, esvaziava em partes as ações reivindicatórias de um trabalhador “cidadão reflexivo” militante por seus direitos e por outros valores no mundo. O objetivo de certa forma, ao se garantir em partes alguns direitos, também foi o de gerar um trabalhador passivo, consumidor, com pouca ou nenhuma visão crítica.

Situa-se num segundo plano, mais amplo, a proposta de transformar o trabalhador em consumidor no sentido pleno: consumidor de suas necessidades básicas, de novas mercadorias. De forma avassaladora, os meios de comunicação insistem nesse aspecto, procurando tirar do trabalhador o caráter político desenvolvido durante décadas de luta pela sobrevivência, despojá-lo da qualidade humana herdada da polis grega. Metamorfosear o homem mais para animal social, minando o ente político cultural cuja qualidade seria pensar e repensar, discutir em público, criticar como cidadão as leis injustas (COVRE, 1995, p.47).

No tocante ao desenvolvimento de tecnologias, é preciso mencionar que ela (a tecnologia) abriu também novas portas de acesso para novos tipos de relações e de interação, não há como ter uma visão apenas pessimista sobre o uso das tecnologias, elas serão apropriadas pelos trabalhadores, pelos movimentos sociais e servirão de instrumentos para a luta por cidadania.

A tecnologia também requisitou novos trabalhadores mais especializados, mas ao mesmo tempo gerou uma grande massa de marginalizados da tecnologia, da especialização, esses grupos enormes irão se organizar para reivindicar novas pautas que ainda nem estavam presentes nas concepções de lutas anteriores, num contínuo movimento dialético que vai se desdobrando em relações e criando novas complexidades.

Há ainda mais um ponto que gostaríamos de mencionar: o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, que aponta para uma sociedade melhor, com recursos mais bem distribuídos e ao mesmo tempo aumenta a produção e o desenvolvimento do capitalismo, mas não sem gerar, como já dissemos, dubiedades e contradições.

Dúbia no sentido de que ao mesmo tempo em que o Estado de Bem-Estar Social propõe uma melhor distribuição de riquezas, ela também não é realizada de forma a atingir a todos os trabalhadores e todos os cidadãos. Um exemplo dessa característica nós encontraremos no

Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, quando da instauração dos direitos trabalhistas. Um importante debate sobre essa temática podemos encontrar em Ângela de Castro Gomes (1988).

Devemos mencionar que o fato de as reivindicações trabalhistas terem sido incorporadas pelo Estado gerou também, em certa medida, alguma desmobilização dos trabalhadores e das organizações trabalhistas, além disso, é possível perceber que os trabalhadores incorporados neste processo se distanciam dos processos reivindicatórios de caráter mais abrangente, resumindo-se ao atendimento de suas necessidades básicas. Trata-se, como já mencionamos anteriormente, de uma cidadania que gera seres passivos e conformados e que tenderam a se ocupar mais com o consumo do que propriamente com a luta por seus direitos.

A não ocupação, ou abandono do uso dos espaços públicos para fomentação dos debates, caminha hoje em dia na contramão daquilo que gregos e romanos iniciaram; lá havia a intenção de ocupação do espaço público para torná-lo espaço de discussão, hoje uma parcela de pessoas caminha no sentido do esvaziamento dos espaços públicos. O agravante é o fato de sabermos e de termos aprendido com as civilizações passadas que a garantia primordial para o exercício da cidadania é a conservação dos espaços públicos como arenas para as discussões de interesse público.

É bem verdade que temos populações imensas, com as quais a antiguidade não se deparou, aí talvez esteja mais um benefício que as tecnologias podem nos oferecer, com a possibilidade de criarmos em ambientes virtuais grandes arenas de debates públicos, aproximando as pessoas.

Além disso, se faz necessário que cada sujeito tenha consciência da importância da luta por cidadania, da luta pelos seus direitos e trave esse embate nos mais diversos e diferentes locais: nas fábricas, nos partidos políticos, nos bairros, escolas, empresas, famílias, favelas Cobre, (1995, p.73). Quer dizer, se sabemos hoje que a cidadania é uma luta por direitos, que extrapola a sua mera inserção dos direitos perante a lei, temos que ter a consciência de que essa é uma luta do cotidiano e que deve estar posta em qualquer ambiente pelo qual o sujeito (cidadão) possa transitar.

Com uma sociedade cada vez mais plural, diversificada e complexa, é certo que novas demandas por direitos surgirão dessa sociedade e também é certo que as leis e as constituições

não estarão sempre em marcha sincronizada para atender essas demandas quando surgirem, por conta disso devem os sujeitos se organizarem nessa luta reivindicatória. A cada dia que passa nos damos conta de que se faz necessário compreender a situação de minorias, e dar voz aos excluídos.

A história da cidadania aqui sucintamente recortada e resumida tem sido a história da busca por dar voz e reconhecimento a excluídos. Sempre que a questão é a concessão de direitos o que nós tivemos é uma concessão gradual, parcial; a cidadania plena é um ideal a ser atingido e na realidade tem de ser uma vigília persistente, pois ao menor descuido os retrocessos se manifestam.

Pelo mundo tem sido assim, vejamos agora no próximo capítulo as questões pertinentes ao Brasil, como nós brasileiros construímos ao longo do nosso caminho a nossa cidadania.

Capítulo II—A Cidadania no Brasil

Para desenvolvermos algumas reflexões sobre a cidadania brasileira, nós utilizamos o livro de José Murilo de Carvalho: *A Cidadania no Brasil: um longo caminho* (2018). Da mesma forma que no primeiro capítulo a intenção aqui é apresentar sucintamente alguns aspectos da cidadania e seu desenvolvimento no Brasil.

2.1— O Desenvolvimento da Cidadania no Brasil Colonial, Monárquico e Republicano

No primeiro capítulo do livro, intitulado “*Primeiros Passos*”, o recorte de pesquisa feito pelo autor compreende os períodos de 1822 a 1930, ou seja, da proclamação da independência, passando pela abolição dos escravos em 1888, seguindo pelo processo de imigração e a proclamação da República em 1889, instauração do período que fica conhecido como “República Velha” ou “Primeira República”, até chegarmos ao Estado novo em 1930, compreendendo assim todo o período que irá cobrir o processo de modernização do Brasil – este momento nos é de grande importância, uma vez que nele temos a fundamentação de diversos elementos que construíram o processo de cidadania brasileira.

O autor explica as razões por desprezar todo o processo de colonização no seu estudo que abarca o período compreendido entre 1500 a 1822, a razão disso é que não é possível falar em cidadãos brasileiros no período que antecede a sua independência. O que tivemos nesse período, por certo, é tudo aquilo que destoa por completo de uma noção dos valores de cidadania.

A colonização no Brasil se deu por meio do extermínio, dominação e escravização dos povos seminômades e africanos, tinha como motivo principal a lucratividade, que desde o início gerou grandes desigualdades sociais entre os senhores de engenho e demais habitantes. Ou seja, na origem da formação brasileira encontramos um processo de concentração latifundiária e um modelo econômico exportador fundamentado na mão de obra escrava. Carvalho, (2018 p.24).

De todas as mazelas ocorridas neste período, a que deixou maior sequele na formação brasileira foi por certo a escravidão, que atingiu todas as regiões do país. Ao chegarmos ao ano da independência do país já tínhamos introduzido mais de três milhões de escravos; e no ano da independência, dos cinco milhões de habitantes do país, oitocentos mil eram de indígenas e cerca de um milhão eram negros escravizados Carvalho, (2018, p. 25-26).

Os negros escravizados sustentavam praticamente toda a força de trabalho, estavam em grande número nas fazendas, nos engenhos, ou seja, davam o suporte necessário ao setor agrícola e exportador do país, mas também estavam trabalhando nas cidades fazendo trabalhos domésticos. Todos que tinham algum recurso financeiro investiam suas economias na compra de escravos; de funcionários públicos a ordens religiosas – a escravidão era um negócio lucrativo, que penetrou em todas as relações sociais existentes.

A formação da sociedade brasileira é um processo que negou e ignorou os negros escravizados e os indígenas, considerando-os não humanos, uma mera mercadoria, foram brutalizados, vilipendiados, estuprados, assassinados. É bastante evidente que no processo de formação do Brasil, houve desigualdade entre os habitantes, e este tratamento desigual dado aos negros, indígenas e mulheres, é um estigma que não se apagou na sociedade, porque, no caso brasileiro, mesmo havendo mudanças significativas, continuamos a negligenciar os direitos dos negros, índios, mulheres e dos moradores da periferia⁵.

As condições que estavam postas no início da formação do Brasil pouco podiam contribuir para a formação de algum tipo de cidadania. É importante mencionarmos que, a partir do século XIV, a Europa já tinha iniciado um processo voltado para uma noção de direitos, conforme mencionamos anteriormente; no século XV o Brasil colônia caminhou em sentido oposto e instituiu a escravidão. Quando mencionamos esta questão não é com o intuito de fazer uma oposição simplória entre a Europa “avançada” e o Brasil colonial “atrasado”, mas constatar mais uma vez que o processo de consolidação de direitos e de início de uma noção

⁵ O *Atlas da Violência de 2018*, elaborado pelo IPEA, fez levantamento sobre o problema da violência contra os negros no Brasil, apontando para o fato de que violência letal de negros comparada a de não negros é muito discrepante. Negros são as maiores vítimas da violência no Brasil. Os povos indígenas também são negligenciados no que diz respeito aos seus direitos quando da questão da demarcação de suas terras, essa negligência do poder público aumenta a violência sobre essa população. Sobre a violência contra os negros, ver o site Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>>. Acesso em: 01 jul. 2019. Sobre a questão da demarcação de terras indígenas e seus desdobramentos violentos, ver <<http://www.hutukara.org/index.php/noticias/535-demarcacao-terras-e-fundamental-para-diminuir-a-violencia-contra-os-povos-indigenas>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

de cidadania é ele mesmo contraditório, pois o Brasil é uma colônia de um país europeu, ou seja, não éramos vistos pelos próprios europeus como “merecedores” de acesso aos direitos que lá na Europa estava sendo aos poucos instituídos.

A escravidão foi e é a mais abjeta forma de exploração, se somarmos a escravidão com o predomínio da grande propriedade, dos grandes latifúndios, temos de acordo com Carvalho (2018, p.27) os elementos necessários para que aqui no Brasil a cidadania não se consolidasse, os negros escravizados não tinham nenhum direito que pudesse lhes assegurar nem ao menos a sua integridade física, por lei os escravos eram meramente propriedade do seu senhor.

A sociedade colonial brasileira não era composta, evidentemente, somente por senhores e escravos, havia entre eles uma população reconhecida por lei como livre, mas mesmo para essa camada da população não estavam assegurados os direitos civis, não estava assegurado o direito de acesso à educação, à saúde, entre outros. Cabia aos grandes proprietários oferecer e permitir que essa população pudesse ter acesso à moradia, ao trabalho e acesso à justiça.

O poder dos grandes proprietários, para Carvalho (2018, p.28), também não os colocava na condição de cidadãos; embora tivessem acesso a alguns direitos civis, ou direitos políticos, não tinham a noção de igualdade perante a lei – eles acessavam e controlavam o poder conferido pelo estado, exerciam funções tecnicamente pertencentes ao estado, mas o faziam com a finalidade de transformá-lo em poder pessoal, por isso José Murilo de Carvalho irá enfatizar que o poder do estado, terminava na “[...] porteira das grandes fazendas”.

Havia, portanto, uma forte condição para que se estabelecesse a noção de privilégio entre os detentores de poder, conferido àqueles que detinham nível hierárquico mais alto na sociedade; no Brasil arcaico não havia definitivamente uma noção de direitos, mas sim uma condição de privilégio.

Como afirma Holston (2013, p.45), a lei no Brasil tem uma caracterização muito específica, um tratamento calcado na personalização, criando uma cidadania diferenciada de acordo com o nível hierárquico de cada indivíduo na sociedade, e isso para o autor remonta desde os tempos da colônia no Brasil, algo que vai caminhar conosco ao longo do nosso trajeto histórico.

No período colonial no Brasil, o poder do estado tinha alcance com algumas limitações, por sofrer a oposição dos grandes proprietários, por ter um alto custo, uma vez que a maioria dos

processos tinha de ser resolvidos na metrópole, evidentemente que as mulheres e os escravos não tinham acesso aos mecanismos de justiça.

Em linhas muito amplas e gerais, o que podemos perceber é que as autoridades e os grandes proprietários conseguiam um acordo, ou algum tipo de conluio quando entravam em litígio, enquanto que a maior parte da população ficava alijada de alguma forma de cidadania, novamente desde o início da formação do Brasil o acesso a direitos se torna privilégio e gozado por uma pequena parte da população, os demais ficam relegados a terem que se insurgir para conseguirem algum direito.

Mesmo que em alguns momentos e circunstâncias esse mesmo grupo alijado de direitos e de uma noção de cidadania pudesse ser atendido em alguma de suas reivindicações, pois sem isso, explica Holston (2013, p. 29) não teríamos como criar um sentimento de pertencimento à terra e mais tarde à nação. Mas ele irá enfatizar, também, é que a discriminação se dá, porque desde o início a noção de que há “certas espécies de indivíduos”, no qual para uns deve ser conferido este ou aquele privilégio e para outras “espécies” de indivíduos deve ser negado. Assim sendo, no Brasil criamos uma cidadania de acordo com o *status* de cada membro, que permite o acesso deste ou daquele tipo de direito, para este ou aquele cidadão.

Continuando a análise do nosso processo histórico de desenvolvimento da cidadania no Brasil, chegamos ao ano de 1822, no qual é proclamada a independência. A independência é realizada sem grandes guerras ou conflitos. Os conflitos e confrontos existentes no Brasil se deram de forma mais localizadas, como contrariamente ocorreu com a América espanhola. No Brasil, o que tivemos foi um processo de maior negociação que envolveu a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, através de um acordo de pagamento de indenização a Portugal no valor de dois milhões de libras esterlinas. O Brasil preservou a sua monarquia, isso em razão de que se entendia que somente a figura do imperador poderia manter a unidade nacional e evitar assim a fragmentação da nação.

Este importante momento da história do Brasil, em geral deveria ser um momento de uma maior participação popular, mas no caso brasileiro de acordo com Carvalho (2018, p.33) não a tivemos; o que ocorreu foi muito mais um arranjo, um concerto entre elites rurais, corte portuguesa e os ingleses. Isso demonstra em partes o quanto a população estava alijada de participação em questões civis, políticas e sociais.

O medo constante da elite local de que se instalasse o caos no país, medo que perdura até os nossos dias, desejou naquele momento pela continuidade da monarquia, para fazer a manutenção do sistema escravagista e por temer uma disjunção no país, tal como havia ocorrido no Haiti a partir de 1791 até 1804. Um dos temores da elite rural brasileira é de que aqui houvesse uma revolução, nos moldes da revolução haitiana, baseada no igualitarismo racial, no abolicionismo, em direitos de cidadania e na redistribuição de terras.

Os discursos políticos brasileiros estavam repletos de referências sobre o Haiti. Escravistas e antiescravistas dividiam o palco nas discussões referentes a este tema. O Haiti era visto como uma “panela de pressão” que estourou, e que, portanto, deveriam rever seus efeitos, ou o argumento utilizado era o de reformular o controle sobre o negro escravo para que se mantivesse a escravidão e se evitasse tal experiência aqui no Brasil (Nishikawa, 2005, p.2).

A monarquia no Brasil seguiu o modelo europeu constitucionalista e estabeleceu os três poderes (Executivo, Legislativo e o Judiciário), mas manteve a supremacia do imperador sobre os demais através do Poder Moderador. Isso distinguia a monarquia brasileira do modelo de monarquia parlamentar inglês, por exemplo, uma vez que o Poder Moderador conferia ao imperador diferentes prerrogativas⁶ com o intuito de gerar o bem da nação.

A constituição outorgada de 1824 regulou direitos políticos e foi vista como bastante liberal para os padrões da época, permitindo inclusive o voto dos analfabetos, mas não contemplou o direito do voto das mulheres e, claro, não extinguiu a escravidão; mesmo assim permitiu aos negros libertos a participação na eleição primária.

Todos os que tivessem idade estabelecida de 25 anos (21, caso fossem chefes de família), oficiais militares, bacharéis, clérigos e empregados públicos tinha direito ao voto, além disso, o fator principal é que tivessem autonomia econômica – o valor era de 100 mil réis para ter o direito ao voto; Carvalho (2018, p.36) mostra que esse valor não era um grande impedimento, uma vez que a maioria dos trabalhadores na época tinha esse rendimento, o que caminhava de forma oposta ao modelo estabelecido na Inglaterra, que exigia valor bem maior. Para o autor de *A Cidadania no Brasil*, esse foi um fator que impediu a total exclusão dos pobres.

⁶ O Poder Moderador não deve ser visto como um poder despótico ou tirânico, as suas atribuições também estavam delimitadas pela Constituição de 1824 e tinham como objetivo alcançar o bem da nação – dentre as suas prerrogativas citamos: nomear senadores; perdoar e moderar as penas impostas ao réu em caso que ele notasse erro de julgamento; dissolução da Câmara dos Deputados em casos de crises. Ver o artigo de André de Oliveira Cruz, *O Poder Moderador e sua importância para a tripartição dos Poderes*, disponível em <<https://jus.com.br/artigos/26953/o-poder-moderador-e-sua-importancia-para-a-triparticao-dos-poderes>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Importante também frisar que as eleições foram praticamente ininterruptas no Brasil de 1822 a 1930, as poucas interrupções que ocorreram foram por razões extraordinárias como por conta da Guerra do Paraguai (1864-1870)⁷ e nesse caso se limitou ao Rio Grande do Sul em função da proximidade com o local dos combates, e também logo após a Proclamação da República, mas sendo rapidamente retomada.

Em tese, este é um fator que devemos considerar como um avanço no tocante ao acesso de um direito fundamental para o exercício da cidadania, no caso o direito político. No entanto o próprio José Murilo de Carvalho destaca a qualidade no exercício desse direito. Segundo o autor, 85% das pessoas eram analfabetas e sem condições de interpretar e compreender um texto jornalístico ou jurídico; 90% dessa população vivia em áreas rurais sob controle e influência direta dos grandes proprietários rurais; as disputas políticas eram em geral violentas; além disso, as eleições eram tumultuadas e fraudulentas.

Diante desse cenário, o que tínhamos não era exatamente o exercício de uma cidadania através do voto, mas um desdobramento de disputas de poder local. Pois, aqueles que estavam aptos para participarem desse processo, não tinham em mente a ideia de exercitar o seu direito de cidadão, de manifestar a sua opinião política, na realidade esse era o momento no qual ocorriam as demonstrações de lealdade e de gratidão aos poderosos para garantir novas benesses, novos favores; o voto passava de direito de exercício de uma cidadania para uma concepção de mercadoria de troca Carvalho, (2018, p.41).

Esta condição que se estabelece no Brasil, construiu uma cidadania “frouxa”, na qual o cidadão só se sentia necessário e pertencente apenas no momento de realizar a “troca” do seu voto por algum favor junto aos poderosos, passado este momento ele é novamente alijado do sistema político, as formas de participação políticas são escassas, gerando afastamento da população em relação à política.

Embora tenha havido avanço com a Constituição de 1824, pelo fato de assegurar os direitos políticos para uma ampla camada da população, o próprio sistema político e eleitoral se encarregou em seguida de criar as barreiras para restringir a participação da população. No

⁷ Importante frisar que José Murilo de Carvalho chama atenção para o fato de que “[...] as guerras são fatores importantes na criação de identidades nacionais. A Guerra do Paraguai teve sem dúvida esse efeito. Para muitos brasileiros, a ideia de pátria não tinha materialidade, mesmo após a independência. Havia no máximo identidades regionais. De repente havia um estrangeiro inimigo que por oposição, gerava o sentimento de identidade brasileira” (2013, p. 43).

fundo, o Estado brasileiro criou mecanismos para “selecionar” aqueles que deveriam ter acesso aos direitos, ou como dirá James Holston,

[...] a cidadania formal, fundada em princípios de incorporação ao Estado-nação [...] diferenciou o Brasil de outros países no estágio de formação dos Estados nacionais nos séculos XVIII e XIX no mundo: ela gerou uma cidadania nacional que, desde o início, era universalmente incluyente na incorporação e maciçamente desigual na distribuição. Essa cidadania incluyente e desigual foi bastante coerente na manutenção de seus princípios tanto de incorporação como de distribuição desde o começo do Estado brasileiro há quase duzentos anos (Holston, 2013, p.28).

Em 1881 começamos a dar passos para trás, houve aumento da renda que passou de 100 mil réis para 200 mil réis para os votantes, proibição ao voto dos analfabetos e passamos a ter o voto facultativo. Essa lei criou barreiras que de fato limitavam a participação da população. Apenas 20% da população (masculina) era alfabetizada. Carvalho (2018, p.44) mostra o declínio: em 1872, portanto antes da instituição da nova lei, tivemos por volta de 1 milhão de votantes ou 13% da população livre, e já em 1886, sob a vigência da nova lei, não mais do que 100 mil eleitores ou 0,8% da população total votaram, um corte da ordem de 90% do eleitorado.

É isso que José Murilo de Carvalho chama de “tropeço” e de fato é mesmo, pois vínhamos num processo de expansão da concessão dos direitos políticos; a Constituição de 1824 apresentava, como já mencionamos, certo avanço, tinha sido mais inclusiva.

Isso sem contar que a lei de 1881, além de restringir número de participantes nas eleições, também logicamente não corrigiu a deficiência que existia anteriormente, que já não permitia a participação das mulheres, mendigos, soldados e dos membros de ordens religiosas e, claro, também do negro escravizado. O advento do republicanismo no Brasil, a partir de 1889, também não corrigiu de imediato essas deficiências e tivemos poucas mudanças até 1930.

Na passagem do período monárquico para o republicano, José Murilo de Carvalho irá apontar que havia uma grande quantidade de demandas sociais que a incipiente república não tinha condições suficientes para responder a todas essas requisições.

A República fica conhecida também como “República dos Coronéis”, já que a figura do coronel remetia ao chefe do poder nos municípios. O coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional – quando a Guarda Nacional perde a sua natureza militar, restou aos coronéis o seu poder político local. Assim se escalonava o arranjo de poder no país

através da aliança entre os chefes de poder local (coronéis) com os Presidentes dos Estados e destes com o Presidente da República. O modelo que já estava consagrado na monarquia, de que o voto era uma mera mercadoria, de que eleições eram deliberadamente fraudadas, de que eleitores eram coagidos, não sofreu transformações ou constrangimento por parte das autoridades, pelo oposto, eles foram até mesmo aperfeiçoados⁸.

A presença da figura dos coronéis, além, é claro, de outros impedimentos nesse arranjo político organizado dentro da primeira república brasileira, será um grande entrave para o desenvolvimento dos direitos civis e políticos, havia clara e deliberadamente a negação da justiça, não se respeitava direitos básicos como o de ir e vir, inviolabilidade do lar, proteção da honra, integridade física, direito de manifestação. Todos esses direitos ficavam a critério de serem ou não exercidos mediante concessão dos coronéis.

Com isso, Carvalho (2018, p.62) nos dirá que na vigência de uma estrutura como esta, não haveria condições para se dar o surgimento dos direitos civis. Assim sendo, o autor entende que a herança colonial, logrou ao Brasil império e para a nova república sequelas e mazelas difíceis de serem solucionadas, além disso, mantivemos por longo tempo a escravidão e o problema dos grandes latifúndios, todas essas questões acumuladas travaram o avanço da cidadania no Brasil.

2.2 – A escravidão e suas implicações na atualidade

Como já havíamos afirmado anteriormente, a escravidão se enraizou profundamente na sociedade brasileira, a discussão sobre o seu fim só teve início após o término da Guerra do Paraguai em 1870, mediante forte pressão da Inglaterra. Os ingleses exigiam do Brasil a assinatura de um tratado que incluía nos seus termos o fim do tráfico de escravos⁹.

Interessante notarmos que a Lei de 1831, que considerava o tráfico como pirataria, como Carvalho (2018, p.51) aponta, estabelece que os escravos que aqui adentrassem a partir desse

⁸ Sobre este aspecto há o livro de Victor Nunes Leal (2012), que descreve o arranjo que se dava durante esse processo político no Brasil.

⁹ Ver Carta de Lei de 17 de agosto de 1827, artigo XII – E foi ratificado quando da publicação da lei de 7 de novembro de 1831 que declarava livre todo os escravos vindos de fora do império, isto é, proibía o tráfico de escravos. A carta Lei de 1827 está disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/1824-1899/cartadelei-39868-17-agosto-1827-570824-publicacaooriginal-93923-pe.html>>. Acesso em: 05 mar. 2019, já a Lei de 1831 está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-norma-pl.html>. Acesso em: 05 mar. 2019.

momento seriam considerados livres. O documento é bastante claro ao assegurar no artigo primeiro: “que todos os escravos que entrarem nos portos ou territórios do Brasil, seriam considerados livres, exceto aqueles que estivessem de serviço nas embarcações onde a escravidão fosse permitida”; e no artigo segundo: “aqueles que tivessem fugido de território ou embarcação estrangeira”.

É possível perceber que a lei assegurava a liberdade para um determinado grupo, sendo seletiva na concessão do direito, já que os escravos que aqui já viviam não eram contemplados pela lei. Temos assim um exemplo daquilo que Holston (2013, p.98) chamou de “sistema de distribuição diferenciada de direitos”, ou seja, a concessão do direito se dá mediante discriminação dos cidadãos.

Os negros escravizados que aqui viviam tiveram que esperar ainda cinquenta e sete anos, até 1888, para finalmente ver o fim da escravidão, que ainda assim também não foi garantidora da inclusão dos negros ex-escravos de forma plena na sociedade brasileira.

Em razão disso, Holston (2013, p.60) irá enfatizar que o estudo da cidadania brasileira o levou a perceber que algumas cidadanias optaram por equiparar e legalizar as diferenças e outras optaram pelo modelo de incorporação universal.

O primeiro modelo se aproxima mais daquilo que foi construído nos Estados Unidos, enquanto o segundo tipo se assemelha mais ao praticado no Brasil. Nos Estados Unidos, a ideia seria de disputa em torno da inclusão, e no Brasil a questão se daria pela incorporação universal. O modelo adotado pelos brasileiros nega a noção de igualdade distributiva e sustenta assim um modelo que sustenta os privilégios e desigualdades legitimadas. Disso resultará, de acordo com o autor, em um regime “entrincheirado”, no qual de um lado persistem os privilégios e de outro as desigualdades legitimadas. E aqui se encontra um dos fatores que destacamos no trabalho de James Holston, o fato de que essa relação (entrincheirados versus desigualdades legitimadas) podem ser desestabilizadas pelos movimentos de cidadania insurgente que pretendemos discutir mais adiante.

Retomando a questão da escravidão no Brasil, é importante mencionarmos que as leis instituídas tiveram o papel de gradualmente diminuir o número de escravos no país. Em 1871, por iniciativa do imperador, assinado pela Princesa Imperial Regente, aprovou-se neste mesmo ano a lei que libertava os filhos dos escravos. Diz o primeiro artigo da lei [...]

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Decretou e ella Sanccionou a Lei seguinte:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar à idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor (Lei número 2.040, de 28 de setembro de 1871, com redação da época).

Devemos mais uma vez chamar atenção para o mecanismo adotado, desde o Brasil império, de concessão de direitos e de acesso à cidadania mencionado por Holston. Trata-se de modelo que sustenta desigualdades, no caso da lei destacada; o fato é que havia milhares de escravos no país, mas a concessão foi dada somente aos filhos nascidos a partir daquela data, ou seja, um grupo nasceu com a condição de libertos e, no entanto, uma grande parte da população encontrava-se na condição de escravos, uma evidente demonstração da “distribuição seletiva” de direitos.

Tomando essa condição, o que desejamos ressaltar é o fato de que os direitos eram concedidos no Brasil de forma gradual, paulatina, e isso tem implicações diretas na formação da nossa sociedade; a distinção entre indivíduos promovida pelo próprio Estado brasileiro proporciona um tratamento seletivo, em vez da concessão igualitária e indiscriminada de direito.

Carvalho (2018, p. 53) constatou de maneira importante que todo o território brasileiro estava sob o domínio do sistema escravocrata, todas as regiões do país tinham escravos. Diferentemente dos Estados Unidos em que apenas alguns estados não eram escravocratas, e, portanto, ali o negro poderia, se conseguisse, cruzar uma fronteira e escapar deste sofrimento.

Além disso, a escravidão estava disseminada, culturalmente, enraizando-se pelo país como um valor econômico e cultural; não eram apenas os grandes proprietários de terras que praticavam e mantinham o sistema escravocrata, havia também um valor disseminado entre a população como um todo, inclusive até mesmo entre os negros que após conseguirem a sua liberdade também adquiriam escravos. Sobre este ponto, Carvalho (2018, p. 55) menciona o

trabalho da historiadora Kátia Mattoso, que enfatiza que em torno de 78% dos libertos na Bahia chegaram a possuir escravos.

Isto mostra que a liberdade, a igualdade e os valores decorrentes dos ideais dos direitos, que já davam passos na Europa, aqui no Brasil caminhavam timidamente, porque a própria sociedade, em todas suas camadas, tinha a cultura da escravidão instituída. Nem mesmo a religião escapava, já que a própria igreja católica não combatia a escravidão, pelo contrário dela tirava seu usufruto.

[...] esse aspecto não deixa de ser sintomático, afinal trata-se da única instituição que logrou, numa nação tão jovem, quase quatrocentos anos de longevidade e uma penetração, ainda que sob formas peculiares em cada região, que abrangeu toda a extensão de uma enorme massa territorial. Foram os interesses organicamente articulados à escravidão que permitiram a manutenção da unidade e do vasto território brasileiro e foi também a escravidão que determinou, inclusive, o modo de vida peculiar do homem livre no Brasil (Souza, 2018, p.154).

Todos estes elementos somados freavam as condições para que os valores da liberdade individual, base para a consagração dos direitos civis, políticos e sociais, tivessem o mesmo vigor no Brasil que tiveram para a modernidade europeia e estadunidense.

Retomando um dos pontos que mencionamos anteriormente ao dizer que um dos elementos que constituem a o processo inicial para o desenvolvimento da cidadania moderna é justamente a liberdade de poder trabalhar livremente, de transitar em diferentes partes, de escolher onde será melhor o desenvolvimento da sua força de trabalho; constatamos que, ao final do século XIX, o Brasil está absolutamente na contramão do que foi apregoadado como um valor de cidadania pelos europeus. Contudo, é sempre importante ressaltar que o processo de escravidão instituído no Brasil não é uma obra de brasileiros, mas fora aqui instituída por europeus, num primeiro momento, e continuada por brasileiros.

Mesmo após o fim da escravidão, os negros não foram incorporados na sociedade; sem instrução, sem escolaridade, sem trabalho, sem formação, um grande número escravos ou voltaram para trabalhar nas grandes propriedades rurais em condições análogas a de escravidão, trabalhando por um prato de comida ou se marginalizaram pelos centros urbanos, ou seja, houve soltura, mas não libertação, conforme aponta o cientista político e ex-prefeito

de São Paulo Fernando Haddad, em artigo para o jornal Folha de São Paulo¹⁰, no qual utiliza a expressão soltura e não libertação, já que os sofrimentos e as condições de escravidão acompanhavam os negros, mesmo com o fim ao menos formalmente da escravidão no Brasil

Essa condição dos negros e seus impactos podem ser sentidos ainda hoje em dia, pois da mesma forma que a escravidão do negro era culturalmente aceita no final do século XIX, hoje a condição de inferioridade do negro também é vista com certa “naturalidade”. Como no passado, as elites e as lideranças e setores da sociedade ainda combatem as formas que o Estado estabelece para corrigir essas mazelas.

Para ilustrar esse descaso das elites e líderes da sociedade no debate em relação às condições de inferioridade a qual os negros são submetidos no Brasil ainda hoje vejamos um episódio esclarecedor, que mostra a reação de setores da sociedade brasileira em relação às políticas de ações afirmativas, implementadas pelo Estado brasileiro com o intuito de corrigir essa desigualdade social imposta aos negros.

A ação judicial movida¹¹ pelo DEM (Democratas)¹² em 2009 contra a Universidade de Brasília, uma vez que a instituição de ensino pública havia adotado as cotas raciais como forma de ingresso na universidade como uma medida afirmativa.

A UnB adotou a medida se valendo do argumento de que os negros não tiveram as mesmas oportunidades no passado e que isso tinha um peso social no presente e em razão disso era necessária a adoção da medida afirmativa como forma de correção e de reparo.

O argumento do Partido Democrata na ação era de que o sistema de cotas seria inconstitucional, já que todos são iguais perante a lei e que não deveria haver tratamento diferenciado.

¹⁰ Jornal Folha de São Paulo, artigo *História e Educação – É sintomático que universidades sejam um dos principais alvos de Bolsonaro*, acesso em 11 maio 2019.

¹¹ Ver a matéria do Jornal Nexo *Sistema de Cotas Raciais: inclusão em meio à controvérsia*, de 24 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/02/24/Sistema-de-cotas-raciais-inclus%C3%A3o-em-meio-%C3%A0-controv%C3%A9rsia>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

¹² Democratas é o nome atual da sigla que no passado foi PFL (Partido da Frente Liberal), no qual seus líderes inicialmente apoiaram a ditadura civil-militar de 1964 e é notoriamente um partido de valores conservadores. Ver verbete Democratas DEM no FGV/CPDOC, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/democratas-DEM>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

O Supremo Tribunal Federal entendeu, por unanimidade na ocasião, que os regimes de cotas são constitucionais e necessários para a correção da violência histórica sofrida pelos negros, herança oriunda dos tempos da escravidão.

A ministra do supremo Carmem Lúcia na ocasião salientou no seu voto: “As ações afirmativas não são a melhor opção, mas são uma etapa. O melhor seria que todos fossem iguais e livres”. O voto da ministra buscava mostrar equilíbrio e salientar a necessidade de se adotar a medida.

Contudo, de certo modo, o seu voto mascarava também o sentimento conservador de parte da sociedade brasileira, que trata o problema como quem tem que tomar um remédio amargo, e tolerar a situação, uma vez que não há outra opção. Ignorando o fato ao dizer que “[...] o melhor seria se todos fossem iguais e livres”, ora os próprios negros também desejavam ser iguais e livres desde a escravidão. E se essa mesma população negra hoje em dia precisa das cotas raciais e de ações afirmativas é para amenizar as injustiças sofridas e as violências cotidianas, porque sofreu e sofre a opressão e a negação dos seus direitos em razão da negligência de governantes e das elites no passado e também do presente.

Diante disso, o que podemos afirmar em conformidade com o exposto por Carvalho (2018, p.58) é que a escravidão foi o maior mal, o fator que mais prejudicou, mas não o único, para a formação e construção da cidadania no Brasil. Ao negro foi negado o direito de compreensão em relação aos seus direitos civis, políticos e sociais, mais do que isso lhe foi negado o direito de ter consciência deste processo.

Ao se alijar os negros deste processo de conscientização e mais do que isso de impedi-lo de ter acesso a oportunidades concretas, escola, trabalho, saúde ao longo de gerações se consolidou no Brasil uma camada da população totalmente precarizada, que o sociólogo Jessé de Souza (2018) chamar de *ralé*:

É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para ofender essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar atenção, provocativamente, para o nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de precarizados, que se reproduz há gerações enquanto tal (Souza, 2018, p. 27).

Enfatiza o sociólogo.

O atual estágio do debate intelectual e público brasileiro apenas contribui para o desconhecimento sistemático do grande drama histórico da sociedade brasileira desde o início de seu processo de modernização: a continuação da escravidão sob novas máscaras, reproduzindo uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente de um lado e “sub-gente” de outro. Isso não é culpa apenas dos governos. São consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos (Souza, 2018, p. 30).

À escravidão, soma-se o problema do grande latifúndio, o monopólio da terra, que também criou barreiras para impedir a participação mais plena da sociedade na política, ao negar direitos civis, políticos e sociais, provenientes de herança do período colonial, mas que encontraram solo fértil para se perpetuarem na monarquia e na república, e impediriam o Brasil de ter um desenvolvimento qualitativo no seu processo de cidadania.

2.3 – A Luta dos Operários por Cidadania/A Constituição “liberal” de 1891

Os movimentos operários no Brasil foram de suma importância para o desenvolvimento da cidadania porque, de certa forma, as reivindicações destes movimentos no final do século XIX e início do século XX acumularam as demandas retesadas dos períodos anteriores.

Sobretudo no tocante as reivindicações relacionadas aos direitos civis, ficando mais ao lado as demandas pelos direitos políticos já que a posição das organizações sindicais era distinta, havia os sindicatos que cooperavam com as posições e determinações do estado e aqueles mais radicais que combatiam as posições do estado. A postura de caráter mais clientelista, adotado por alguns sindicatos, isto é, mais em conformidade com as determinações estabelecidas pelo Estado, acabou prevalecendo, afirmando assim uma tendência que promovia uma espécie de “*estadania*”, ou seja, de que os direitos deveriam ser obtidos vindo de “cima para baixo”¹³, numa concessão feita do estado para o cidadão, que irá se aprofundar mais especificamente a partir de 1930.

O Brasil, neste momento, não era um país que ainda tivesse consolidado uma rede de proteção ao cidadão, ou uma assistência social que fosse capaz de atender a população, em sua grande

¹³ Gladys Sabino Ribeiro enfatiza que não é possível cravar com precisão que a concessão de direito seja constantemente feita de “cima para baixo” – pois, ao analisar e estudar os processos impetrados nos tribunais brasileiros, a autora evidencia que a luta por direitos no Brasil também ocorreu no formato “debaixo para cima”, mas ele se deu em grande medida por dentro dos tribunais, isto é, através dos mecanismos e artifícios jurídicos tais como o *habeas corpus*. Ver *Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <www.scielo/scielo.php?pid=S1413-77042009000100006&script=sci_abstract&tlng=PT>. Acesso em: 01 jul. 2019.

maioria esses serviços eram ainda exercidos exclusivamente por associações particulares, irmandades religiosas que ainda persistiam através do tempo, desde o período colonial, ou ainda sociedades de auxílio mútuo, que podem ser consideradas como antecessoras dos sindicatos modernos.

A maioria da população se encontrava em situação precária, e se agravou ainda mais essa condição em razão de que a Constituição republicana de 1891 retirou a obrigatoriedade do estado em fornecer educação primária e acesso à saúde pública. Na Constituição de 1891, estava estabelecido que o estado não promoveria assistência social e intervenção na regulamentação do trabalho, sob o argumento de que a intervenção do estado era uma violação da liberdade dos indivíduos trabalhadores.

Outra mudança em relação à Carta de 1824 diz respeito à instituição do habeas corpus, sempre que um indivíduo sofresse ou se encontrasse em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder (art. 72, § 22), bem como a abolição das penas de morte (art. 72, § 21), de galés e de banimento judicial (art. 72, § 20). No mais, a Constituição de 1891 reafirmou liberdades e direitos individuais característicos do constitucionalismo liberal e presentes na Carta outorgada por dom Pedro I, tais como a liberdade de associação e reunião (art. 72, § 8.º), manifestação de pensamento (art. 72, § 12) e exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial (art. 72, § 24), além do direito à privacidade (art. 72, §§ 11 e 18) e à propriedade em sua plenitude, salvo em casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia (art. 72, § 17). Contudo, eliminou direitos sociais previstos na Constituição do período imperial, como a obrigatoriedade de o Estado garantir os socorros públicos, bem como a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos (Sugahara, *Atlas Histórico do Brasil*).

Em comparação com a Carta de 1824, há retrocessos e avanços, destacamos como retrocesso o fato de a Constituição de 1891, como já dito, não ter a obrigatoriedade do estado em garantir serviços públicos de saúde e de educação aos cidadãos, mas, como avanços podemos destacar, de acordo com Carvalho (2018, p. 67) que o reconhecimento dos sindicatos rurais e urbanos, em que os sindicatos rurais foram primeiramente reconhecidos em razão da forte presença de imigrantes no trabalho rural.

Sobre a posição liberal, a defesa do liberalismo e de não intervenção do estado, que encontramos na Carta de 1891, em certa medida está mais relacionada à conveniência do que

propriamente em uma crença dos valores liberais, ou melhor dizendo, há na realidade uma espécie de “laissez-faire repressivo”.¹⁴

Durante a Primeira República verificou-se no país políticas instituídas para salvar o principal produto exportado pelo país, o café, desvelando a flexibilidade dos preceitos liberais pelos membros da classe política [...]De igual modo, a fração de classe da burguesia industrial também reivindicava intervenção estatal na economia. Nesse período, a incipiente indústria nacional se sustentava no mercado interno e para seu desenvolvimento, os representantes deste setor apregoavam como indispensável a proteção contra a indústria estrangeira, verificada nas pesadas tarifas alfandegárias em relação aos produtos importados e no controle estatal da taxa cambial a fim de manter elevados os preços destes produtos” (NUNES e ALLAN, 2009, *A Pré-história do Direito do Trabalho no Brasil: Da Primeira República à década de 1930*).

Então, como podemos observar na citação acima, o que temos é uma elite que evoca a intervenção do estado, quando para socorrê-la, mas em se tratando da regulamentação das leis trabalhistas, da garantia ao direito dos trabalhadores, novamente ela exige um tratamento diferenciado da parte do estado, e nessas ocasiões, e somente nessas, deveriam prevalecer os valores do liberalismo ortodoxo e da não intervenção do estado.

Se, de um lado, os membros das elites política e econômica mostravam-se flexíveis em relação aos preceitos liberais, de outro, apresentavam a faceta do liberalismo ortodoxo quando o assunto versava sobre a regulamentação das relações de trabalho e a imposição pelo Estado de limites à vontade de contratar. Nesse aspecto, mais uma vez, sobressaía-se a conveniência liberal, com a demonstração dos interesses egoísticos de classe voltados à maior acumulação de capital. A burguesia industrial e comercial defendia com ardor a chamada “liberdade de trabalho”. Na sua concepção este princípio se cindiria em três pontos fundamentais de enfrentamento: (i) negação à atuação dos sindicatos como interlocutores dos trabalhadores para firmar acordos ou contratos com os representantes empresariais; (ii) negação de controle aos sindicatos sobre a mão de obra utilizada, repelindo a obrigatoriedade de contratação de apenas trabalhadores sindicalizados; (iii) a negação à interferência dos sindicatos na gestão do trabalho e na sua organização a partir dos locais de trabalho. Para as classes dominantes prevaleceu, portanto, a ortodoxia do princípio liberal do individualismo induzindo à recusa a aceitar alguma interferência nas relações contratuais de trabalho, não cabendo ao Estado, ou às entidades sindicais, imiscuir-se nas negociações entre capitalistas e operários (NUNES e ALLAN, 2009, *A Pré-história do Direito do Trabalho no Brasil: Da Primeira República à década de 1930*).

Mas ainda que Carvalho (2018, p.68) aponte que a questão social no Brasil fosse um caso de polícia, pois a mediação das negociações entre patrões e empregados se dava muitas das vezes por meio de um estado intolerante, chegando mesmo a ponto de expulsar operários acusados

¹⁴ Laissez-faire repressivo é expressão de cunhada por Wanderlei Guilherme dos Santos, em *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira* (1994), especialmente o capítulo 4.

de “anarquismo”, houve em 1926 a lei para regular o direito de férias e a criação da caixa de aposentadoria e pensão, e o instituto de previdência para os ferroviários da União. Com essas medidas em curso estavam sendo estabelecidos os primeiros passos na direção da fomentação de uma legislação social; contudo, é importante ressaltar que são medidas voltadas para o trabalhador urbano em detrimento dos trabalhadores rurais, uma vez que, como já mencionado aqui, haviam grandes conflitos nas cidades brasileiras, que estavam em processo acelerado de urbanização.

2.4 – A Revolução de 1930/ Expansão dos direitos trabalhistas/ Experiência democrática de 1945/ Golpe militar de 1964

Os direitos sociais ganharam maior destaque a partir de 1930, segundo Carvalho (2018, p. 116), com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e em 1931, quando foi criado o Departamento Nacional do Trabalho. Em 1932, é decretada a jornada de oito horas tanto no comércio quanto na indústria, conjuntamente a essas medidas ocorre a regulamentação da jornada de trabalho feminino, também em 1932 é criada a Carteira de Trabalho, e entre os anos de 1933 e 1934 o direito de férias é estabelecido. A Constituição de 1934 consagrou o salário mínimo, que deveria ser condizente para dar uma vida digna ao trabalhador e sua família, em 1943 estas medidas ganhavam solidez com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Entretanto, novamente o estado é seletivo no sentido de conceder os direitos, uma vez que essas leis tinham por objetivo alcançar os trabalhadores urbanos e das indústrias, deixando de lado os trabalhadores autônomos e as trabalhadoras domésticas¹⁵, além disso, a noção de cidadania mencionado por José Murilo de Carvalho se intensifica.

Ou seja, a forma como os benefícios aos trabalhadores foi concedida era seletiva e gerava novamente inclusão e exclusão, pois eram direcionadas somente aos trabalhadores que estivessem enquadrados na estrutura sindical organizada pelo estado, por conta desse mecanismo é que Wanderley Guilherme dos Santos chamará a cidadania do período dos pós revolução de 30 de uma “extensão regulada de cidadania”.

¹⁵ As trabalhadoras domésticas só foram incorporadas aos mesmos direitos trabalhistas por meio da Emenda Constitucional de número 72, de 2 de abril de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas as raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal [...] são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei [...] A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, todos aqueles cuja a ocupação a lei desconhece(Santos, 1979, p.75).

No tocante aos direitos políticos, a situação alternou momentos de avanços e retrocessos. Durante o período que vai de 1930 até 1964, o país teve a derrubada de governo, instauração de uma ditadura, durante o “Estado Novo”, seguida de uma experiência democrática de 1945 até 1964, que culminou, diante de graves crises institucionais, em uma nova ditadura no país.

Os direitos políticos retornam com o fim da ditadura varguista em 1945, tivemos eleições presidenciais e legislativas, e Eurico Gaspar Dutra, o novo presidente, tomou posse em janeiro de 1946, mesmo ano em que foi promulgada a Constituição, dando início à experiência democrática no país. Mesmo assim, este não é um período de consolidação de valores democráticos no país, pois ocorreu a cassação do Partido Comunista em 1947, sucessivas tentativas de golpe e perseguições, suicídio do Presidente Getúlio Vargas em 1954; tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubistchek, renúncia do Presidente Jânio Quadros (alegando não ter condições para governar), impedimento de posse do vice-presidente João Goulart, instituição do parlamentarismo, retorno ao presidencialismo, entre vários outros episódios que demonstram a instabilidade vivida no país.

Ainda sobre o contexto político, três grandes partidos dominaram o cenário político desse período: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), ainda que tivéssemos em torno de vinte partidos políticos registrados na época.

É um período difícil para se fazer uma síntese, pois existem várias formas de observar o que ocorreu, diferentes leituras de uma mesma situação; a literatura acadêmica que trata desse período é bastante rica. Há interpretações sobre conjuntura econômica, há leituras sobre a influência do contexto internacional, sobre o impacto dos movimentos sociais e sobre o papel desempenhado pelos diversos atores políticos diretamente envolvidos, todas são leituras importantes e relevantes e contribuem para compreensão do que houve e refletem sobre as razões que motivaram para que a experiência democrática no Brasil de 1945 a 1964 se

transformasse num período de repressão. Dentre as diferentes interpretações e leituras do período, uma em específico irá se concentrar diretamente no sistema partidário, a da cientista política Lucia Hippolito.

Para Hippolito (2012, p.309), um processo de radicalização atingiu o sistema político brasileiro e por consequência atingiu o PSD, que, na sua hipótese, era o sustentáculo do equilíbrio político, gerando o colapso do sistema partidário e nos empurrou em direção ao fim da nossa experiência democrática.

Mesmo com toda essa conturbação, Carvalho (2018, p.131) dirá que a Constituição de 1946 preservou as conquistas sociais adquiridas em linhas gerais pelos direitos trabalhistas, expandiu os direitos políticos e civis, mas preservou controle sobre o direito de organização de greve dos trabalhadores.

Tanto a direita como a esquerda reivindicavam naquele momento para si a “defesa” da democracia. A direita com as posições liberalista e conservadora tinha muita dificuldade ou má vontade mesmo de aceitar o aumento constante da participação popular na vida política e na sua base convivia deliberadamente com teses golpistas. Por sua vez, a esquerda em vários momentos se colocou contrariamente às instituições republicanas, chegando até mesmo a cogitar o fechamento do Congresso Nacional; em ambos os lados o que não se viu foi o respeito maior para com o republicanismo. Diante desse cenário, os militares, por meio de um golpe, desrespeitaram por completo os valores democráticos e republicanos a um só tempo, contando com amplo apoio dos setores conservadores da sociedade e dos Estados Unidos e promoveram o golpe na democracia brasileira e nos fizeram retroceder durante vinte anos, nos quais direitos foram restringidos¹⁶, tanto os direitos civis, quanto os direitos políticos e sociais, pessoas foram exiladas, arbitrariamente presas, cassadas, desapareceram, foram torturadas e mortas nos porões da ditadura militar. Por vinte e um anos no Brasil a cidadania e a liberdade não foram valores disseminados na sociedade.

¹⁶ Durante a vigência da ditadura militar no Brasil, foram decretados dezessete Atos Institucionais. Esses atos foram normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 a 1969 pelos governos militares com o intuito de conferir alto grau de centralização à administração e à política do país. Ver verbete Atos Institucionais. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

2.5 – A Redemocratização/ Constituição Cidadã de 1988

O regime da ditadura militar, além de suprimir os direitos, civis, políticos e sociais, também não foi capaz de solucionar os sérios problemas econômicos do país, não conseguiu diminuir o abismo entre ricos e pobres, pelo oposto, ela aumentou ainda mais a concentração de renda. Isso fez com que o regime se desgastasse, fazendo com que o processo de redemocratização ganhasse força. Mas de acordo com a visão dos militares, a volta da democracia no Brasil, deveria ser uma abertura lenta, gradual e segura.

Kinzo (2001, p.3) dirá que a transição para a redemocratização foi comandada pelos militares, sendo inclusive possível de perceber esse processo em três fases distintas: a primeira fase entre os anos de 1974 a 1982, no qual o processo de transição é totalmente sob controle dos militares; a segunda fase de 1982 a 1985, inda com forte presença dos militares, mas agora com atores vindos do setor civil, ganhando destaque; e a terceira e última fase de 1985 a 1989, marcado por redução do papel dos militares no processo de abertura e lideranças civis conjuntamente com setores da sociedade civil organizada ganhando maior espaço.

O que é relevante de mencionarmos aqui é o fato de que a presença dos militares e do autoritarismo, na transição para a democracia, que deixará marcas na sociedade brasileira já democratizada¹⁷, de certa forma é o que vimos ao longo da trajetória da história brasileira, isto é, a influência de decisões tomadas no passado e que limitam ou até mesmo determinam as decisões tomadas no presente.

A Constituição Cidadã, como fica conhecida a Carta de 1988, embora tenha estabelecido a garantia do exercício dos direitos políticos, civis e sociais, não foi capaz de solucionar problemas estruturais do país e de promover a distribuição de renda no país e diminuir as desigualdades sociais.

Por conta disso discordamos quando Carvalho (2018, p.201) afirma que, desde 1985, estamos num processo ordenado e sem retrocessos, uma vez que ainda continuamos com uma grande massa de excluídos, de pessoas desassistidas pelo poder público, ainda sem acesso a direitos

¹⁷ Maria Dalva Kinzo demonstrou, utilizando o conceito de *path dependence* (dependência da trajetória), como o conjunto de decisões tomadas numa determinada circunstância é limitado pelas decisões tomadas no passado ou pelos eventos ocorridos, mesmo que as circunstâncias passadas não sejam mais relevantes, elas podem exercer algum tipo de influência. A história é importante para remontar os trajetos que culminam para as tomadas de decisões e também sobre como essas decisões irão se desdobrar em razão daquilo que ocorreu no passado. Para compreender mais, ver Bernardi (2012). Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4978/4434>>. Acesso em: 13 out. 2018.

básicos como saúde, trabalho, moradia, justiça, educação. Porque embora esteja estabelecido em lei, ainda assim não houve o encontro do povo brasileiro com a efetivação dos seus direitos.

Do ponto de vista dos direitos políticos, finalmente conquistamos a universalidade do voto – facultativo aos analfabetos, aos 16 anos o cidadão já possui o direito de voto, houve também maior liberdade para a construção de partidos políticos e hoje contamos com trinta e quatro partidos¹⁸.

Tivemos nesse período o surgimento de expressivos movimentos sociais, em destaque o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), que retomou a questão da reforma agrária no debate político, conferindo protagonismo novamente aos trabalhadores rurais. Além disso, as Centrais Sindicais também se organizaram, e em 1980 foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT) que chegaria à Presidência da República em 2003 com a eleição de um ex-metalúrgico e líder sindical. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, certamente, é um inequívoco exemplo de que a democracia, isto é, o valor de se suceder o poder de acordo com a vontade popular, caminhava bem no Brasil até o ano de 2016.

O brasileiro em 1989 teve o direito de votar novamente para presidente, vinte e dois partidos concorreram na ocasião. Numa disputa acirrada, Fernando Collor de Mello venceu Lula no segundo e se tornou o primeiro presidente após a redemocratização. Com um governo de linha liberalizante e medidas polêmicas¹⁹, sofreu processo de impeachment após várias denúncias de corrupção atingirem o seu governo. Foi um momento de grande mobilização pública que tomou as ruas do país novamente, essas manifestações (com seus manifestantes conhecidos como “caras pintadas”, por conta da pintura facial nas cores da bandeira brasileira) lembraram o momento que o Brasil passou em 1984, quando as ruas de todo o país também lotaram de cidadãos pedindo as *Diretas Já*²⁰, momentos e reivindicações distintas, mas que contaram com amplo apoio popular das ruas.

¹⁸ Ver site do TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 10 maio 2019.

¹⁹ Ver Plano Collor no FGV/CPDOC, no qual se explica esquematicamente o que foi a medida de confisco da poupança. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-collor>>. Acesso em: 02 jul. 2019,.

²⁰ Movimento Político suprapartidário que defendia o retorno das eleições diretas no Brasil, teve início em 1983. Nos primeiros meses de 1984 uma série de comícios pelo país levaram milhões de pessoas para rua. Mas a emenda Dante de Oliveira (nome do deputado autor do Projeto de Lei), foi recusada em plenário por falta de somente 22 votos. A emenda obteve 298 votos a favor e precisava de 320 para ser aprovada.

Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994, continuou as mudanças e reformas que ele mesmo havia iniciado, quando ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, que havia substituído Collor. Dentre as medidas importantes desse período, destaque para o Plano Real, que combateu a inflação, um problema que afligiu os brasileiros, sobretudo em meados dos anos 80, conferindo ao trabalhador real poder de consumo. Cardoso foi reeleito em 1998 para um segundo mandato, numa manobra controvertida e que para alguns se tratou de um golpe espúrio, na Constituição²¹. Fernando Henrique fez um mandato que atendia aos interesses dos neoliberais como as privatizações, ao mesmo tempo em que lidava com as pressões dos movimentos sociais, por conta disso o presidente não adotou integralmente o receituário neoliberal, fazendo concessões em relação a programas sociais, buscando fazer inclusões seletivas.

A política de inserção internacional, a democracia e a orientação liberal em relação à economia certamente surgiram antes, mas só se solidificaram em meados dos anos 1990. De fato, a forma de Estado que hoje ordena a vida política brasileira tem dois pilares centrais: de um lado, a Constituição democrática de 1988, que estendeu, ampliou e protegeu os direitos da cidadania; e, de outro, o Plano Real de estabilização, lançado em 1994, e o conjunto de reformas liberais que foram efetivadas no começo do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (JR. SALLUM, 2013, *O desenvolvimentismo e o Estado Brasileiro Contemporâneo*).

Cercado de grande expectativa, Luís Inácio Lula da Silva chegou à presidência em janeiro de 2003 e concretizou um momento de amadurecimento da democracia brasileira quando pudemos novamente ver a passagem do cargo de um presidente eleito pelo voto popular para outro também eleito pelo voto do povo, evento que não se ocorria no país desde 1960, quando Juscelino Kubistchek transmitiu o cargo para Jânio Quadros. Lula também apostou em abdicar de um discurso mais radical à esquerda, para adotar um discurso mais moderado, no sentido de “tranqüilizar” o mercado e também setores da sociedade brasileira que tinham grande aversão a sua candidatura²².

O governo Lula promoveu avanços na ampliação de direitos dos cidadãos, dando transparência ao seu governo, por meio da Lei de Transparência, nesse período também, por

²¹ Para muitos a emenda da reeleição só foi possível mediante compra de votos de parlamentares, um escândalo grave de corrupção que ainda hoje levanta polêmicas. Ver artigo da revista Carta Capital de 29 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-luz-sobre-o-escandalo-da-reeleicao-de-fhc/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

²² Sobre esta questão ver o livro do cientista político André Singer, *Os sentidos do Lulismo – Reforma Gradual e Pacto Conservador*. Outra importante fonte é a *Carta ao Povo Brasileiro*, escrita pelo próprio Lula. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

iniciativa da sociedade civil, foi aprovada na Câmara e no Senado a Lei Complementar da Ficha Limpa em 2010. Mas a marca certamente mais importante de seu governo e de sua sucessora Dilma Rousseff são as políticas públicas que permitiram a inclusão de milhões de brasileiros e concedeu a uma grande parcela da sociedade o acesso a direitos sociais, além da expansão do crédito, através de Programas como Bolsa Família e a ampliação acesso ao ensino superior.²³

Durante os treze anos de governo Lula (2003 a 2011) e Dilma (2011 a 2016), milhões de pessoas foram atendidas por programas sociais e puderam ter alguma dignidade, regiões paupérrimas do Brasil foram atendidas, investimentos na área da saúde, por meio do Sistema Único de Saúde, ou pelo *Programa Mais Médicos*. Milhares de pessoas passaram a ter acesso energia elétrica, por meio do *Programa Luz para Todos*; por meio do FIES (*Programa de Financiamento Estudantil*), do Prouni (*Programa Universidades para todos*) e do Sisu (*Sistema de Seleção Unificada*) via Enem. Os governos Lula e Dilma buscaram diminuir as discrepâncias sociais existentes no Brasil, mas para além dessas políticas públicas implantadas destacamos também a que regulamenta o trabalho das empregadas domésticas e o *Programa Minha Casa, Minha Vida*, que permitiu que milhões de pessoas/trabalhadores (as) pudessem finalmente ter a sua profissão reconhecida e legalmente regulamentada e o acesso à moradia²⁴, sonho de milhões de brasileiras e brasileiros.

O segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff (PT), após acirrada disputa eleitoral com o seu adversário Aécio Neves (PSDB), foi de grande conturbação e no ano de 2013 irromperam nas ruas grandes manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho de 2013.

As manifestações que insurgiram em São Paulo, inicialmente eram contra o aumento das tarifas do transporte, que tinha sido da ordem de R\$0,20 – valor que pode parecer baixo, mas que causa grande impacto no orçamento dos trabalhadores e na população de baixa renda²⁵.

²³ Jornal Estado de São Paulo, de 25/02/2008, fez artigo listando todos os programas sociais do Governo Lula. Ver Estadão Política, disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-os-principais-programas-sociais-do-governo-lula,130446>>. Acesso em: 09 maio 2019.

²⁴ A questão sobre o financiamento da moradia popular para o trabalhador é uma política que já havia surgido em outros períodos, como na ditadura militar por meio da criação do Banco Nacional de Habitação em 1964, e até mesmo antes no governo de Getúlio Vargas, com a criação da Fundação da Casa Popular – políticas públicas que nasceram com o intuito de promover financiamento de habitação para trabalhadores assalariados de baixa renda, mas que com o tempo fracassaram no seu intento e acabaram por financiar as classes média e alta. Ver o livro *Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil*, de James Holston, em especial o intervalo entre as páginas 216 e 219.

²⁵ A título de exemplo, imaginemos esse valor duplicado por dois (duas viagens, uma de ida e volta). Suponhamos, ainda, uma semana com seis dias de trabalho (24 no mês) e uma família com quatro usuários do

Além disso, o protesto se levantou também contra os gastos do Estado voltados para a organização da Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) na cidade do Rio de Janeiro. Os manifestantes questionavam porque não havia a mesma destinação de recursos públicos para atender as demandas sociais da população carente.

Assim sendo, nós fizemos um percurso histórico sucinto, no qual tivemos a pretensão de destacar o sentido do conceito de cidadania, como ele surge e na sequência, buscamos mostrar a trajetória da cidadania no Brasil, mostrando as contradições existentes na própria formação do conceito de cidadania e as contradições que surgem no Brasil desde a sua formação.

E queremos mostrar que essas contradições entre direitos e privilégios, entre uma noção de inclusão e de exclusão que o Brasil manteve ao longo da sua história, veio à tona nessas manifestações de junho de 2013, mas essa ação gerou uma forte reação dos movimentos reacionários e conservadores do Brasil.

Na terceira e última parte deste trabalho a nossa pretensão é compreender o que é a *cidadania insurgente* e pensarmos as manifestações de junho de 2013. Para essa última parte do trabalho, o livro que utilizamos como base de pesquisa é o de James Holston (2013): *Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil*.

transporte público. Daí temos: $0,40 \times 24 \times 4 = 38,4$. Com tudo isso, teríamos um gasto mensal acrescido de 38 reais e 40 centavos por mês, numa suposição estreitamente conservadora, em que os membros da família têm apenas um emprego e conseguem se deslocar com apenas uma linha de ônibus, para além, claro, de que o transporte público seria utilizado com o intuito exclusivo de ir ao e voltar do trabalho, sem programações culturais, de lazer, religiosas, etc.

Capítulo III – As Manifestações junho de 2013 e a Cidadania Insurgente

Na terceira e última parte deste trabalho a nossa pretensão é compreender o que é pensarmos as manifestações de junho de 2013 por meio da leitura de diversos autores que refletiram sobre o este momento; e o conceito de cidadania insurgente, a partir da leitura do livro “*Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil*”, de James Holston.

3.1 – O Brasil de volta às ruas

Em 2013, o Brasil foi sacudido por uma onda de protestos, o país não vivia a experiência de grandes manifestações populares desde o movimento por eleições diretas para presidente da república *Diretas Já* em 1984 e em 1992 quando se mobilizou pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Esses movimentos de 1984 e 1992 foram conduzidos pelas lideranças políticas tradicionais que mobilizavam as bases e os movimentos sociais, tanto nas instituições políticas do país, quanto nas ruas.

Mas as manifestações de junho de 2013 tiveram uma particularidade, de não ostentar bandeiras partidárias; manifestantes no geral não queriam ser rotulados no espectro político-ideológico como participantes de movimentos de esquerda ou de direita, não havia carros de sons e palanques nem líderes políticos tradicionais. E em certo momento, o movimento adquiriu sua faceta fascista, apartidária, quando militantes de partidos políticos tentaram se juntar ao movimento e foram violentamente repelidos, por uma parcela dos manifestantes (ROLNIK, 2013, p. 12), isto é, ao menos neste quesito os movimentos de 2013 se distinguiram das mobilizações pelas Diretas Já e dos “caras pintadas”.

Além disso, as pautas também se mostravam bastante heterogêneas e dentro das próprias manifestações era possível perceber um embate de forças atuando dentro do movimento, indo de manifestantes “pacifistas” a “baderneiros” da reivindicação contra o aumento de R\$0,20 (vinte centavos) na tarifa das passagens, a pauta generalista de combate à corrupção; de melhorias nas condições dos serviços públicos (saúde e educação); à indignação com os

gastos exorbitantes com as obras de infraestrutura para os mega eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016.

Um descontentamento contra as classes políticas e com o sistema público, uma crise de representatividade, mas muito turbinado pelos meios de comunicação e setores empresariais que investiram sistematicamente, de acordo com Lima (2013, p.90) na desqualificação do sistema político, bombardeando diariamente a população sobre a questão da corrupção, como se a corrupção existisse somente no meio político, jogando a opinião pública sempre contra aquilo que é público e hipervalorizando aquilo que pertence à iniciativa privada e ao mercado.

Este é um ponto, aliás, que devemos mencionar um pouco mais detalhadamente, pois de acordo com Souza (2018, p. 80-81) no Brasil desde o século 19, mas mais precisamente a partir do século 20, passamos a viver um embate no imaginário social e mesmo intelectual sobre o estado como instância propulsora do desenvolvimento da nação e o liberalismo de mercado como forma mais eficiente de promover o desenvolvimento do país. Contudo, nessa visão o autor nos mostra que se impôs no país um discurso de depreciação do estado, visto como um “demônio”, “mal absoluto”, e o mercado como instituição cheia de “virtudes”, “honesta incorruptível”, esse antagonismo poderia ser assim expressado como entre o Estado corrompido, patrimonialista e irracional, que gera desperdícios e destina inadequadamente os recursos, e o mercado organizado, racional e equilibrado nas suas posições e decisões, que sabe gerir os recursos com precisão e sem corrupção.

Evidente que essa é uma percepção limitada da realidade brasileira, mas ela ganha força, pois vem disfarçada de uma roupagem de “crítica elevada” e de denúncia contra os abusos perpetrados por um estado “obsoleto” e “desnecessário”, uma leitura e interpretação de aparente crítica social (SOUZA, 2018, p.82), mas que mascaram interesses perversos implícitos.

Essa análise ressaltada por Souza (2018) coaduna em certa medida com o que é apontado por Janine (2001, p.36-43) quando enfatiza que o inimigo da república é o uso privado da coisa pública, e a sua apropriação como se fosse propriedade pessoal, gerando um processo corruptível, e com a corrupção instalada, o problema não é propriamente o desvio de dinheiro tão alardeado pelas grandes mídias. No processo de corrupção, o ato de ignorar o espaço público em favor dos espaços privados acaba por ter um efeito mais pernicioso, que é o

definhamento do elo de confiança entre os cidadãos, que é o alicerce do valor da vida republicana.

Retomando a questão, essas concepções foram também em alguma medida para as ruas em 2013 e se expressavam nos cartazes que combatiam a corrupção genericamente, mas que se voltavam exclusivamente para o combate a corrupção apenas no estado, como se esta só existisse apenas e tão somente ali, deixando de lado uma crítica à corrupção promovida pela iniciativa privada.

Essas e outras contradições eram possíveis de serem percebidas nas manifestações de junho de 2013. Era um concerto dissonante, de vozes não uníssonas que traziam elementos e ideais progressistas e de liberdade, ao mesmo tempo que traziam pautas conservadoras e uma brutalidade (ROLNIK, 2013, p. 12).

Mas foi dessa forma que o Brasil reencontrou as ruas, “o gigante havia acordado”²⁶, mas esse “gigante” trouxe para as suas ruas as suas gigantescas contradições, históricas que aqui neste trabalho já viemos ressaltando, a luta por direitos e pela cidadania se insurgindo num grande movimento nas ruas de todo o país, em mais um episódio da nossa história de forma contraditória e complexa como de fato é a história do Brasil. As manifestações de junho de 2013 expressaram e trouxeram à tona essas disputas que estavam somente aparentemente estagnadas, sob um disfarce de que as coisas caminhavam de forma harmoniosa no país.

3.2 – Não era somente pelos R\$0,20 (vinte centavos)

Era muito mais do que pelos vinte centavos, a cidade de São Paulo reivindicou, em torno de outras questões que iam além do aumento das tarifas de ônibus, diversas pautas em torno da agenda de uma reforma urbana. Os cidadãos reivindicavam o “direito à cidade”, o direito a poder acessar uma cidade que ao longo de sua história sempre promoveu a exclusão das pessoas, sobretudo de moradores das periferias; fato este possível de ser observado não somente nas periferias paulistanas, mas das demais grandes cidades brasileiras.

Embora o país estivesse vivendo o período final de uma política de expansão da renda, do crédito imobiliário, de taxas de desemprego baixas, ainda assim (ROLNIK, 2013, p. 9) o

²⁶ Esse lema foi um dos principais marcos utilizados nas manifestações.

aumento de renda que possibilitou o crescimento do consumo não resolveu o problema do acesso à cidade, do direito à cidade, o problema da falta da urbanidade, nem a precariedade e o sucateamento dos serviços públicos de educação e saúde. Essa expansão de crédito, de consumo, gerou um indivíduo consumidor e consumista, não necessariamente um cidadão, mas que percebe a carência e a ausência dos serviços básicos que o estado deveria lhe garantir.

Nas manifestações de junho de 2013, podemos dizer que as disputas que acompanham o Brasil desde o início do seu processo de modernização, desde o início da sua urbanização, eclodiram; as cidades que historicamente sempre fizeram um processo de exclusão tinham agora que lidar com as pautas das reivindicações de anos e anos, séculos de opressão, eram as pautas da favela versus as do asfalto; do legal versus o ilegal; do permanente versus o provisório. Eram pautas que vinhas sendo gestadas dentro das cidades, em movimentos urbanos como o Movimento Passe Livre (MPL), Movimento dos Sem Tetos (MTST), movimentos de estudantes secundaristas e universitários, coletivos culturais, que entre *catracas*²⁷, ocupações e manifestações foram gestando essa luta contra os impedimentos de acesso à cidade (ROLNIK, 2013, p.9).

Por isso, a ideia vai muito além da questão dos vintes centavos, a população em alguma medida reivindicava para si o acesso à cidade, que passa diretamente pela questão do transporte coletivo, pois este é o meio pelo qual a maioria da população carente da cidade pode acessar outros meios que lhe garantem o acesso a sua cidadania.

Assim sendo, concordamos com o (MPL²⁸ 2013, p.14), quando entende que as manifestações, os ônibus virados, os *catracas*, as pixações, nada mais são do que a expressão de indignação de uma população contra um sistema de transporte completamente moldado de acordo com a lógica de mercadoria, em que a população é pensada como objeto e não como sujeito, caracterizando uma organização de “cima para baixo” que exclui a população da organização de sua experiência cotidiana.

O transporte coletivo é a garantia de mobilidade da população, sobretudo da população mais carente; o fato de colocar catracas por todos os espaços, restringir o acesso dessa população a

²⁷ *Catracão* é a implementação prática da Tarifa Zero, quando esta ainda não faz parte do arcabouço legal. Pode ser feito com abertura das portas traseiras do ônibus ou pulando as catracas.

²⁸ MPL (Movimento Passe Livre). Texto redigido por uma comissão, lido, alterado e aprovado em reunião do coletivo (*Cidades Rebeldes*, 2013)

diversos e diferentes espaços é implicar, é afetar diretamente o seu direito de ir e vir, isto é, seu direito civil elementar e que proporciona que ela possa ter acesso aos outros demais direitos; sem condições de ir e vir e de se movimentar pela cidade, ela não pode vivenciar com plenitude a própria cidade que ela (a população) constrói diariamente.

O aumento de vinte centavos, ainda que o prefeito de São Paulo na ocasião das manifestações, Fernando Haddad²⁹ do PT (Partido dos Trabalhadores), tenha dito que se tratava de um aumento de 6% diante de uma inflação acumulada de 17%, poderia não ter um peso tão grande no orçamento das famílias dos trabalhadores, mas, contudo, é preciso ressaltar que, por detrás do valor, havia o valor simbólico. Não era apenas uma questão tarifária, mas uma reivindicação mais profunda, que passa pelo questionamento do tipo de cidade que a população desejava.

Maricato (2013, p.24) aponta que as condições dos transportes públicos cobram um sacrifício muito grande da população como um todo, porque sua má qualidade afeta a mobilidade em geral, e são invariavelmente os mais pobres que têm que pagar um preço maior. A autora ainda enfatiza que as políticas de expansão de crédito imobiliário, promovidas durante os governos de Lula e Dilma, geraram um *boom* na especulação imobiliária. Na cidade de São Paulo, o aumento dos preços dos imóveis saltou para mais de 153% entre 2009 e 2012, com isso a periferia foi deslocada para ainda mais longe, para a “periferia da periferia”, elevando o tempo médio das viagens, que em São Paulo pode variar de duas a três horas, realizadas em ônibus mal conservados, sujos, superlotados, no qual o cidadão é exposto a diversas violências como assaltos, importunação sexual, abusos sexuais entre outras violências diariamente relatadas pelos usuários.

As manifestações de junho de 2013 trouxeram, portanto, à tona envolta no invólucro da questão contra o aumento de vinte centavos, a luta pela melhoria nas condições do transporte coletivo que dentro de si mesmas trazem uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas, no fundo elas falavam também da questão da precariedade de moradia, da precariedade no acesso à saúde, à educação, denunciava a exclusão dos trabalhadores submetidos e humilhados a um transporte de péssima qualidade (MPL, 2013, p.16).

Essas condições somadas, nada mais são do que o desdobramento de uma luta por cidadania, ou seja, nas manifestações de junho de 2013 estávamos diante de mais um capítulo da luta por

²⁹Vivi na pele o que aprendi nos livros. *Revista Piauí*, número 129, junho de 2017.

cidadania no Brasil, só que agora se desdobrando no momento em que tivemos a explosão do fenômeno das redes sociais, da expansão de novas tecnologias que modificam as relações no mundo.

Como apontou Harvey (2013, p. 29), as cidades globais do capitalismo avançado são divididas na sua estruturação social entre elites financeiras e uma grande massa de trabalhadores de baixa renda e desempregados e marginalizados. As cidades sempre se desenvolveram geograficamente de forma desigual, contudo, no sistema capitalista perverso que nos encontramos neste momento, ocorre invariavelmente o aumento de tensão civil e de luta constante para mudar a cidade.

Talvez o que a classe política tenha tido dificuldade de interpretar, de compreender, durante as manifestações de junho de 2013, é que se tratavam, em alguma medida, por uma parte daqueles que estavam protestando, de se reivindicar o direito de mudar a cidade de acordo com o desejo dessa população, de torná-la mais acessível, criando novos espaços públicos e desfazer a onda privatizante que vem sendo instituída com os programas neoliberais, uma cidade mais individualizante e excludente, por uma cidade menos coletiva e inclusiva, de certa forma uma força que vai contrariamente ao processo de instituição de uma cidadania no Brasil, como já vimos anteriormente.

Era um movimento inovador e surpreendente, se pensarmos que o Brasil é um país historicamente acostumado, no seu processo de modernização, à “*estadania*” (Bello, 2013, p. 236), citando a concepção de José Murilo de Carvalho, para expressar que no Brasil a construção da cidadania se dá a partir da concessão do estado. Contudo, é sempre necessário lembrar que a Constituição de 1988 trouxe ao cenário a concepção de uma cidadania ampliada, que passa a ser construída a partir dos movimentos sociais no momento de transição do regime da ditadura militar para a redemocratização entre meados dos anos 70 e anos 80, que em geral reivindicavam os direitos humanos, a distribuição socioeconômica (igualdade) e o reconhecimento político-cultural (diferença).

Nesta perspectiva, gostaríamos de enfatizar que o Movimento do Passe Livre é um movimento urbano de luta pela ampliação da cidadania e as manifestações de junho de 2013 foram uma série de atos, um episódio, nesse processo que vem sendo desenvolvido por esse movimento desde o ano de 2005, com o claro intuito de democratizar, por meio da luta pelo transporte coletivo de qualidade, o acesso dos cidadãos à cidade. Por isso que entendemos que

não devemos olhar as manifestações de junho de 2013 como um ato isolado, surgido repentinamente, na verdade ele foi gestado ao longo de vários anos. Sua origem foi na cidade de Salvador na Bahia, em 2005, em Santa Catarina um pouco mais tarde, e depois se espalhando por várias cidades do Estado de São Paulo, ou seja, antes de ter centenas de milhares de pessoas protestando em várias cidades brasileiras, as manifestações de junho de 2013 foram gestadas num processo de movimento de luta social, que estava (está) construindo o seu processo de insurgência na luta pela cidadania no Brasil.

As demandas sociais, políticas e culturais que se desenvolveram no Brasil, ao longo da sua história, mas em especial a dos últimos anos depois da redemocratização, de acordo com Bello (2013, p.27-28), oferecem material importante para pensarmos novas interpretações sobre o conceito de cidadania, em específico o Movimento do Passe Livre e as manifestações de junho de 2013 nos ajudam a problematizar a luta pelos novos direitos urbanos de cidadania.

Podemos assim pensar que em junho de 2013, durante as manifestações, se lutava também pelo direito a viver plenamente uma cidade, de ser reconhecido como cidadão pertencente a esta cidade. De forma mais bem elaborada, como apontou Maior (2013, p. 87), na realidade há anos no Brasil não vivemos de fato o cumprimento da ordem jurídica constitucional, que se pauta pelos direitos humanos e pela proteção e garantia dos direitos sociais, vivemos ao longo da nossa história um processo de exclusão e negação ao acesso aos direitos; ou ainda, criamos um mecanismo de inclusão seletiva, como já mencionado anteriormente. De toda a forma, uma das formas de interpretar as manifestações de junho de 2013 é entender essa série de manifestações pelo Brasil como um brado de uma população que deseja a plenitude de acesso aos seus direitos. Contudo, os manifestantes colocavam em xeque questões muito mais profundas que iam muito além da questão do aumento da passagem, até porque, mesmo após a medida revogada, os manifestantes ainda continuavam nas ruas, como observou Žižek (2013) ao analisar as manifestações no Brasil e outros movimentos surgidos pelo mundo no mesmo período e de características semelhantes.

Os protestos e revoltas atuais são sustentados pela sobreposição de diferentes níveis, e é esta combinação de propostas que representa sua força: eles lutam pela democracia (“normal”, parlamentar), contra regimes autoritários; contra o racismo e o sexismo, especialmente contra o ódio dirigido a imigrantes e refugiados; pelo estado de bem-estar social contra o neoliberalismo; contra a corrupção na política, mas também na economia (empresas que poluem o meio ambiente etc.); por novas

formas de democracia que avancem além dos rituais multipartidários; e finalmente questionando o sistema capitalista como tal, na tentativa de manter viva a ideia de uma sociedade não capitalista(Žižek, 2013, p.107).

3.3 – As limitações das manifestações de junho de 2013

Nesse tópico nós gostaríamos de mencionar algumas reflexões da filósofa Marilena de Souza Chauí em artigo publicado no ano de 2013 sobre as manifestações. Embora Chauí concorde que em alguns pontos os protestos obtiveram êxito, como em evitar o aumento das passagens e de colocar a questão do transporte público no plano dos direitos dos cidadãos, em outros aspectos as manifestações não foram tão bem-sucedidas.

Inicialmente, um ponto importante levantado foi o fato de que a perplexidade em relação ao advento das manifestações foi um tanto descabida, uma vez que, embora de fato o país estivesse naquele momento sem as perturbações comuns da política brasileira, tais como altos índices de desemprego, inflação, violência urbana e no campo, estabilidade política, ou seja, um cenário em que as manifestações não teriam razões explícitas para surgir, ressalta a filósofa é que nos passou despercebido o fato de que a situação da vida urbana nas grandes cidades brasileiras sempre foi o foco de luta dos movimentos populares no Brasil.

Além disso, a cidade de São Paulo teve aumento enorme do uso do automóvel individual, sem que houvesse medidas para melhorar sensivelmente o transporte coletivo; aumento da especulação imobiliária, aqui já mencionado, com grandes condomínios, *shopping centers*, que aumentam incontrolavelmente a questão da densidade demográfica; aumento da exclusão social e da desigualdade, com a expulsão dos moradores das regiões de maior ação especulativa imobiliária, empurrando essas pessoas para periferias com grande carência de serviços e aumentando ainda a mais a distância de suas casas em relação aos seus locais de trabalho; mais longe do trabalho as pessoas gastam mais tempo em um transporte público indecente. O governo do estado de São Paulo previa entregar, até os anos de 1990, 450 quilômetros de metrô. No ano de 2013, entretanto, havia feito não mais que 90 quilômetros. Somam-se a isso o transporte por meio dos ônibus de competência do município em que um cartel domina a situação, oferecendo um serviço de péssima qualidade para os cidadãos que com tudo isso se vê diante da impossibilidade de se apropriar da cidade e de poder acessar outros serviços e ter maior plenitude de cidadania (Chauí, 2013).

Entretanto, assim podemos ver que a lógica que impera de acordo com autora é que em toda a cidade, suas montadoras de veículos, empreiteiras da construção civil e as empresas de transporte coletivo a dominam, mas não assumem nenhuma responsabilidade social para com a cidade e seus cidadãos e deixam aumentar significativamente o caos urbano – não illogicamente conseguem lucrar com essa desorganização massiva.

Mas tanto a cidade de São Paulo quanto outras grandes cidades brasileiras possuem histórico de luta, de reivindicações e de revoltas contra as precárias condições do transporte público, protestos violentos “quebra-quebra”, incêndio a ônibus e trens, (similar à postura dos operários na Segunda Revolução Industrial ao usarem seus tamancos de madeira *sabots* – originando a palavra francesa *sabotage*– sabotagem em português) e assim promover o caos. Outra recordação feita por Chauí (2013) é lembrar a conquista de grande valor promovida pela luta dos movimentos sociais, associações e entidades, entre os anos de 1970 a 1990, foi na luta pela conquista da democracia no Brasil após o regime da ditadura, pois estes movimentos introduziram a ideia de direitos sociais, econômicos e políticos, a noção da capacidade da prática de uma democracia participativa, expandindo a ideia de uma democracia baseada somente em direitos civis liberais. Trouxeram também a perspectiva de organização por meio de partidos políticos e de valorização destes como mediadores institucionais das demandas populares junto aos governantes.

Contudo, todo esse processo sofreu forte revés com a expansão do neoliberalismo, que promovia exatamente o oposto, isto é, fragmentação, terceirização e precarização do trabalho, e que tinha como proposta substituir os movimentos populares organizados por ONGs, que têm uma lógica e uma forma de procedimento bastante distinta daquelas promovidas pelos movimentos sociais.

As manifestações surgiram dentro desse processo de ambiguidades, traziam dentro da sua organização aspectos da tradição dos movimentos sociais e populares, sem distinção hierárquica, ao mesmo tempo em que faziam a suas convocações de manifestações por meio das redes sociais.

Neste sentido, as manifestações passaram a atrair milhares de pessoas de forma difusa, com pautas muito heterogêneas que, de certa forma, negavam a estrutura formal de um movimento social, se tornando um espetáculo de massa. Além disso, a forma de usar as redes sociais para convocar os protestos causava a falsa ilusão de satisfação imediata de alcançar o desejo e ver

as pautas reivindicatórias atendidas com a mesma velocidade do meio utilizado para se chamar os protestos, sem mediação, sem embate político de fato.

Embora as manifestações tenham sido organizadas por meio das redes sociais e negassem o papel da grande mídia nos protestos, a maioria dos manifestantes aderiram ideologicamente à mensagem, que já há muitos anos era e é difundida pelos meios de comunicação de que partidos políticos são corruptos. E assim o discurso das manifestações de junho de 2013 foi passando de uma pauta progressista e de grande importância social para uma pauta mais conservadora.

Os manifestantes falavam em ética na política, mas, como explica Chauí (2013), trazendo valores da vida privada para a vida pública, quando em realidade se deveria falar da ética da política, em que não se depende de valores e virtudes individuais, mas sim do fortalecimento das instituições republicanas, transparentes e democráticas para o funcionamento da sociedade.

Ludibriadas, cooptadas e manipuladas, parte da grande massa que saiu às ruas em junho de 2013 se deixou levar pela pretensão do exercício político sem a mediação dos partidos políticos, de combate à corrupção, entendendo, como já dissemos, que a corrupção estaria somente no espaço público (estado) e nunca no espaço privado (mercado), e muitos passaram a desejar e defender uma visão autocrática de governo, flertando com posturas ditatoriais, enrolados na bandeira nacional, ostentavam o slogan “Meu partido é o Brasil”, se aproximando perigosamente de um ideal autoritário e totalitário; em somatória de soluções mágicas e imediatistas. Levando as pautas reivindicatórias de um caráter progressista de melhoria de transporte público, de luta por mais um direito social imprescindível à classe trabalhadora, aos mais pobres; para uma pauta equivocada, limitada, genérica de combate à corrupção e de um patriotismo cego, essa narrativa ganhou força, foi cooptada pelos grandes meios de comunicação e no ano de 2015 se transformou nas manifestações que deram sustentação ao golpe que destituiu a então Presidenta Dilma Rousseff.

Essa mesma narrativa de “combate à corrupção”, de ódio ao Partido dos Trabalhadores, de “ameaça comunista”, de que é necessário fazer uma “nova política”, autocrática, sem mediações, baseada mais na força do que nas negociações, culminaram com a eleição do atual presidente, de extrema direita, com passado de ligações com a ditadura militar e a tortura, suspeita de envolvimento com milicianos; um mandatário que defendeu abertamente o

racismo, a misoginia e a homofobia em campanha, que defende o armamento dos cidadãos e representa toda uma pauta conservadora, reacionária, perigosa e violenta e que se traduz em uma série de ameaças aos direitos conquistados pelos cidadãos brasileiros antes e após a redemocratização do país.

Mas retomando o raciocínio de Chauí (2013), a questão que devemos nos perguntar em relação às manifestações de junho de 2013 é se de fato os manifestantes estavam dispostos a lutar contra aquilo que de fato promove o caos urbano, isto é, enfrentar as empreiteiras que promovem especulação imobiliária na cidade; enfrentar o poder das montadoras de veículos e que disseminam a noção nociva à cidade de que cada indivíduo deve ter seu automóvel; enfrentar a inércia do poder público diante dos cartéis dos transportes que impedem a implementação de um transporte coletivo decente. Estariam os manifestantes dispostos a abrir mão da ideia pueril de se fazer política sem mediação de partidos políticos, e que apresentam soluções fáceis e mágicas para problemas complexos. E por fim, engajar numa luta dura e difícil para se construir uma nova política, a partir de uma reforma política, de modo a tornarem os partidos políticos e os meios de se fazer política mais democráticos e acessíveis a toda a sociedade.

Essas e outras questões foram levantadas no artigo escrito pela filósofa Marilena Chauí, que a nosso ver celebrou o advento das manifestações de junho de 2013, mas que também apontou as suas dubiedades e limitações. Contudo, gostaríamos de ressaltar que as manifestações se desenvolveram dessa forma e nessa perspectiva, mas o Movimento Passe Livre é um importante instrumento no fomento da luta pela garantia de um direito de acesso à cidade e de transformação desse espaço, lembrando, como aqui já foi dito, que a cidade é o espaço das lutas e das reivindicações dos cidadãos.

Pensando na luta pela melhoria do transporte público de qualidade, que leva o cidadão a ter um acesso mais pleno à cidade, nos parece ser esse movimento também um movimento de cidadania insurgente, tal como aqueles movimentos que lutam por moradia, por melhoria da saúde, da educação, certamente ele está inserido dentro do conjunto de novos direitos que emergem em razão da expansão das cidades e que traz à tona novas formas de exclusão e de negação aos direitos de cidadão.

Vejamos o conceito de cidadania insurgente formulado por James Holston e se, por meio dele, podemos encontrar pontos que nos ajudem a pensar as questões aqui expostas.

3.4– Cidadania e Democracia em James Holston

Holston (2013) teve a intenção de analisar o paradigmático caso brasileiro de construção de sua cidadania. O Brasil, assim como outros estados nacionais, administra as suas diferenças sociais, em vez de fato combater as desigualdades e ampliar o acesso dos cidadãos aos seus direitos.

Os regimes democráticos prometem cidadanias mais igualitárias, mais justiça social, mais dignidade no tratamento da pessoa humana. Contudo a provocação que Holston (2013, p.22) nos faz é enfatizar que os regimes democráticos em geral promovem acirramento das disputas por cidadania, os conflitos aumentam e não são apaziguados, como pensamos comumente.

Isso se daria em razão de que a relação que se estabelece é complexa, pois ao mesmo tempo em que as democracias avançam, as demandas por direitos também aumentam, e conjuntamente se modificam também as formas de violência e de exclusão que corroem o sistema democrático e a cidadania³⁰.

Durante o século XX, tivemos a expansão de dois processos históricos importantes para o desenvolvimento da cidadania, o processo de democratização e de urbanização, com o avanço desses processos, os conflitos se tornaram ainda mais latentes.

As cidades, afirma Holston (2013), são o palco do desenvolvimento da cidadania, num processo volátil que se estabelece entre cidadãos marginalizados que contestam essa exclusão e que ao mesmo tempo promovem novos processos de constituição de direitos, assim sendo, a cidadania não pode ser vista como uma concessão de direitos linear e que, uma vez ordenados, estaria finalizado o processo. Na realidade, a cidadania ela desordena a ordem estabelecida, para recriar uma nova ordem, para em seguida novamente ser desordenada, por conta das novas demandas que inevitavelmente surgirão.

³⁰ Os constitucionalismos ocidentais aceitam de bom grado a inclusão da diversidade como valor de origem e de destino, alocando-a como universal na concepção de sociedade. Ou seja, em tese convida a que sejamos todos diversos e que essa característica seja um marco da nação. Na medida, no entanto, em que essa diversidade implica em acessos diferenciais a políticas públicas, na contramão da distribuição desigual capitalista, o Estado recua e tenta aliviar, senão explodir, essa diversidade, diminuindo as diferenças entre grupos e pessoas em prol de um ideal comum, genérico, que bem sabemos se tratar de algo hegemônico (branco, homem, classe média, etc.)

Holston (2013) analisa, com um trabalho etnográfico, ao longo de mais de quinze anos como se deu a construção dos bairros Jardins das Camélias e Lar Nacional em São Paulo. Nestas duas comunidades, por meio de todo um processo, ao longo dos anos há uma luta para a construção da cidadania naquele espaço urbano. Sendo conquistados os direitos pouco a pouco, ou seja, neste caso precisamente a cidadania, não é uma concessão linear concedida pelo estado, mas na realidade se trata de uma construção feita pelos próprios moradores, que transformam uma realidade de exclusão em um processo de inclusão.

Entretanto, para analisar esse processo, o autor resgata a história da construção da cidadania no Brasil, para constatar que tivemos a construção de uma cidadania diferenciada em que se faz a manutenção de privilégios e se legaliza o processo de negação de direitos – o que Holston (2013) chamará de *cidadania entrincheirada* e *cidadania insurgente*, que convivem lado a lado cotidianamente no país.

Resumidamente, o livro analisa o emaranhado entre essa cidadania insurgente e a entrincheirada, no qual o autor percebe a combinação dos seguintes fatores: cidadania formal, fundada em princípios de incorporação do Estado nação; com distribuição substantivas dos direitos, significados, instituições e práticas; e produzindo não somente no Brasil, mas em outros países durante o processo formação dos Estados nacionais nos séculos XVIII e XIX, a geração de uma cidadania nacional universalmente incluyente na incorporação, mas muito desigual na distribuição, que resultará no tratamento diferenciado, para categorias diferentes de cidadãos, onde em realidade não temos a distribuição de direitos e igualdade, mas na realidade há a administração de desigualdades.

Percebendo isso, e vivenciando essa prática no seu cotidiano, as classes trabalhadoras nos anos 1970 passam a articular no Brasil um processo distinto de conquista de cidadania, uma vez que as cidades excluem os trabalhadores e as camadas mais pobres, expulsando-as dos centros urbanos. Esses trabalhadores constroem suas moradias e bairros em redor do centro, nas periferias, vivendo em condições precárias. Mas, mesmo nessas condições se veem diante da necessidade de terem de se organizar em movimentos sociais para reivindicar (construir) seus direitos. De certa forma, podemos dizer que foi pelo processo de exclusão que se deu um processo de “aprendizagem” e de compreensão da realidade na qual esses moradores/trabalhadores estavam inseridos, e que é a partir desse aprendizado que se detona um processo de reivindicação e de inserção aos direitos.

Esse processo que ali se desenvolveu na condição de irregularidade, de exclusão, de não pertencimento à cidade, alimenta o processo de irrupção da cidadania insurgente que promove a desestabilização dos privilégios constituídos, porque esses pobres/trabalhadores, construindo suas casas, buscando legalizar as suas moradias, buscando melhorias para as suas periferias, vão sendo forçosamente inseridos no mercado consumidor, se tornando proprietários e vão adquirindo direitos legais e construindo as suas consciências de cidadania. E assim se o estado brasileiro negligenciava o acesso aos direitos fazendo isso por meio da distinção, os trabalhadores da periferia desenvolveram uma forma de luta e de resistência para garantirem a sua cidadania, por meio da construção de moradias e de bairros inteiros, ampliando o espaço da cidade. Construindo assim um processo dialético na relação de aquisição de cidadania.

3.5– As Lutas Acirradas/ A Cidadania Insurgente

Após essa pequena introdução sobre a obra de James Holston, nós passaremos agora a pensar um pouco sobre os aspectos relevantes sobre a cidadania no Brasil. Uma das implicações vista por Holston (2013, p.349) foi o fato de que esses cidadãos insurgentes, que passam a construir uma cidade pela periferia, conquistaram também uma democratização do espaço urbano, obtendo acesso a recursos que a sociedade brasileira ainda não havia vivenciado. No entanto, ao mesmo tempo, nos grandes centros urbanos, sobretudo na cidade de São Paulo, uma incivilidade passa a moldar as relações entre o centro e as periferias, entre as elites (privilegiados) e os insurgentes (excluídos).

Se os espaços das cidades começam a se transformar e a se democratizar cada vez mais, novas formas de exclusão e de violências se constituem por outro lado também, a presença de cidadãos de diferentes classes circulando em diferentes espaços pela cidade, gera um estranhamento e coloca em disputa os espaços da cidade. Por conta disso, se produz por meio do discurso, de insegurança, que justificaria a fortificação de residências e o abandono dos espaços públicos; numa clara demonstração por parte das elites e de membros da classe média de criminalizar os pobres, apoiar a violência policial, e dessa forma criar as condições para debilitar a democracia a sua expansão e por consequência a expansão da cidadania, e fazendo erodir a esfera pública mais ampliada e democrática que estava sendo construída por meio de um estímulo cada vez maior de participação popular.

Dessa forma o que pretende enfatizar Holston (2013, p.350) é o fato de que com o processo da redemocratização, com a ampliação dos movimentos sociais, com a organização dos trabalhadores e de moradores das periferias e do processo de luta por uma cidadania, isto é, fatores que claramente demonstrariam a expansão e fortalecimento da democracia no país, há um efeito dúbio, pois essa mesma expansão da democracia gera também um processo inverso de erosão, por meio do abandono dos espaços públicos, do isolamento e fortificação dos espaços privados.

Além disso, a população se encontra entre as divulgações constantes de corrupção nas instâncias políticas, e aumento da criminalização por meio das organizações criminosas, tanto por um viés quanto pelo outro, o que se coloca em risco é a deterioração do processo democrático e o encolhimento dos espaços públicos. Nesta perspectiva, a corrupção generalizada no âmbito das instituições políticas geraria um sentimento de que o estabelecimento formal de uma democracia não proporciona os meios necessários para o estabelecimento de um estado de direito democrático (Holston, 2013, p. 351-352).

Na realidade, o fato é que devemos ter em mente que as igualdades promovidas pela cidadania democrática, tendem a produzir novas desigualdades, desestabilizações e novos conflitos. Porque se o processo de redemocratização no país permitiu que os cidadãos fossem criando associações, agrupamentos e formas de se organizarem, para que pudessem, cada vez mais perseguirem seus interesses, isso iria gerar reações de outras partes, e produzindo internamente contradições e disjunções inerentes ao próprio processo de ampliação da democracia e da cidadania (Holston, 2013, p.352).

Isso tem implicações com o fato do Brasil ter ainda historicamente mantido o mecanismo de cidadania diferenciada, é essa condição que cria os espaços de tensão e de instabilidade, a cidadania insurgente ela rompe com as estruturas de cidadania diferenciada, mas, de acordo com Holston (2013, p. 353), o que temos na realidade é que uma vez tensionada a disputa por meio da cidadania insurgente, o que ocorre também é uma forma de reação por parte daqueles que detém privilégios e diferenciação de cidadania.

Mas, efetivamente, não devemos creditar todo o fator de desestabilização exclusivamente a essa disputa entre “insurgentes” e “entrincheirados”; fatores como o processo de urbanização desordenado e o neoliberalismo também contribuem para gerar essa desestabilização. É um processo complexo, pois ao mesmo tempo em que se criam meios de combate e formas de

promover a expansão da cidadania e da democracia, surgem também novas formas de injustiças e de discriminação.

O processo de democratização, somado ao processo do neoliberalismo, conjuntamente com a questão da urbanização, produziram um processo emaranhado que vão por um lado construindo e por outro lado erodindo a democracia. Ao mesmo tempo é em razão desse processo também que se formulam os meios de combate ao processo de exclusão e de violência.

Ocorre dentro da democracia o seu fortalecimento, por meio da sua expansão, da construção de meios para a sua consolidação, mas gera-se também uma reação da parte daqueles que se sentem “ameaçados” da perda dos seus privilégios, daí termos de um lado a cidadania que se insurge por meio dos movimentos sociais das associações e outros mecanismos, que vão através de luta e persistência buscando a sua cidadania e de outro as reações violentas em alguns casos para justamente bloquear estes avanços e continuar com a manutenção dos privilégios e erodir a democracia.

Nas democracias em expansão, os pontos de contatos entre as diferentes camadas sociais passam a ser inevitáveis.

O problema é que as elites se sentem ameaçadas com essa penetração em espaços em que antes ela estava absoluta. Tanto nos domínios políticos, quanto da administração, nos espaços de moradia, do acesso à infraestrutura, ao consumo, tudo passa a ser mais disputado entre as elites, os trabalhadores e pessoas de baixa renda – a ampliação do acesso à cidadania e da democracia muda a forma de comportamento no mundo social, o domínio pleno que antes as elites gozavam hoje já não é absolutamente inquestionável. As elites, em parte, passam a enxergar uma intrusão, uma “violação” de seu espaço e a sua resposta é criar mecanismos de distanciamentos e novas formas de exclusão (Holston, 2013, p.360). Continua o autor, afirmando que

[...] o processo de ostensiva separação social cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação do próprio processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar o seu reconhecimento como cidadãos (Holston, 2013, p. 362).

O que podemos depreender disso é o fato de que a luta por cidadania é em alguma medida a luta pela ampliação da própria democracia, para a sociedade brasileira pós redemocratização a democracia se consolidou pelo ponto de vista dos seus valores liberais, como direito ao voto, de livre associação, criação de partidos, liberdade de imprensa e de expressão, mas o que a sociedade brasileira parece demonstrar através dos movimentos sociais, das lutas de trabalhadores organizados é o desejo de ampliação das relações democráticas não somente na esfera política, mas também sua ampliação para a vida social. Como afirma O'Donnel (1992, p.49), sem isso o que produzimos é tão somente uma “cidadania de baixa intensidade”. Isso permite que ocorra um grande número de violações dos direitos dos cidadãos e quanto mais esse cidadão pertence a grupos mais vulneráveis ou marginalizados pela sociedade (mulheres negras, negros, moradores da periferia, comunidade LGBTQ, indígenas e outros) mais ele sofre com a violação dos seus direitos, mais distantes eles se encontram da consolidação tanto da democracia quanto da cidadania, porque a cidadania gerada no seu espaço do cotidiano é de baixa intensidade.

É isso que Holston (2013, p. 397) denomina como a disjunção da democracia, é como se o tecido da democracia fosse sendo esgarçado à medida que novas demandas sociais, novas reivindicações pela ampliação e participação democrática, novas formas mais amplas de participação que devem ampliar os direitos para além dos direitos políticos e civis, para a ampliação dos direitos sociais, para o reconhecimento dos direitos de minorias. Cada vez que isso se insurge na sociedade em forma de manifestações, protestos, movimentos sociais, organizações e associações, o que à primeira vista podem sugerir o fortalecimento da democracia (e deveria ser de fato), a reação dos grupos que se sentem ameaçados, “entrincheirados”, é por vezes violenta, com novas formas de discriminação e, por consequência, temos a erosão da democracia, a sua disjunção, o seu esgotamento.

Esses processos problemáticos significam que a realização da democracia para a maioria dos cidadãos exige mudanças sociais e culturais que não se encaixam na visão limitada da compreensão clássica política. O que elas sugerem é que embora necessária, a democracia política, não é suficiente para garantir a cidadania civil e social e para produzir um estado democrático de direito (Holston, 2013 p.398).

Ou seja, para realizar essa democracia ampliada, ou essa cidadania democrática que possa atender essas demandas que surgem na contemporaneidade, que surgem em função dos novos conflitos que se estabelecem por conta do processo do capitalismo, por conta dos

desdobramentos trazidos pelo neoliberalismo, pelo processo de democratização, pelo processo de urbanização, pela luta ao direito à cidade, pela possibilidade de organização dos grupo,s na sociedade, e outros fatores, pelo movimento insurgente versus a resistência entrincheirada, o que Holston (2013, p.398) nos dirá é que as teorias democráticas baseadas somente na política eleitoral, isto é, baseadas somente no ideal de garantia de direito ao voto, baseado apenas nos valores das democracias liberais, não são suficientes para a compreensão dos problemas.

Nesta perspectiva, o Movimento do Passe Livre não pode ser entendido unicamente como um movimento com a bandeira exclusiva de redução de passagem, ele vai além, porque a sua bandeira precisa ser inserida dentro desse contexto complexo de luta por democracia e por cidadania, no sentido da ampliação desses acessos. O Movimento Passe Livre, como outros demais movimentos que eclodem nas cidades, integra lutas em direção à ampliação da cidadania e de ampliação das democracias.

Nossa visão de democracia está necessariamente ligada a uma concepção mais ampla de cidadania, que vai além da esfera política, e sua avaliação está vinculada às complexidades das realizações da cidadania em contextos históricos específicos. Essa complexidade da história e etnografia, de experiência e instituições e de performance e de roteiro constitui o que considero um exame antropológico, no qual o acesso à infraestrutura (como eletricidade, rede de esgoto) e a segurança pessoal é tão importante na análise de uma democracia quanto o direito ao voto. Por isso ressalto que a extensão da democracia para os aspectos civis, socioeconômicos, legais e culturais da cidadania é tão essencial para o conceito de democracia moderna como sua extensão para a esfera política. Será que essa abrangência torna a democracia inatingível? Como totalidade sem dúvida (Holston, 2013, p.398).

Mesmo com Holston não citando diretamente a questão do transporte, não nos resta dúvida de que ele (o transporte) é um dos fatores pelo qual se pode medir e avaliar a extensão do acesso à democracia, por ser um meio, como aqui já dissemos, de acesso a outros direitos e de acesso à cidade.

Nesta perspectiva, quando as manifestações de junho de 2013 foram às ruas com diferentes pautas, diferentes cartazes e reivindicações, não era somente o fato de ser um movimento sem organização, um movimento desencontrado, mas era em alguma medida a reunião de todas essas complexidades vivenciadas pela democracia brasileira ao longo dos seus anos de vigência. Estava ali na nossa frente se manifestando um apelo para que se colocasse a devida atenção para uma democracia que não estava terminada, que não estava totalizada, mas que se

encontra na sua incompletude e por isso mesmo mergulhada em diversas contradições e se construindo dia a dia.

Outro ponto que gostaríamos de problematizar é que partindo dessas concepções talvez a pergunta que devemos fazer não é se o Brasil possui de fato uma democracia, ou a cidadania, o que devemos perguntar é qual a penetrabilidade tanto da democracia quanto da cidadania na sociedade brasileira.

O eixo de análise da cidadania não pode ser somente na direção da implantação formal da cidadania (verticalmente), cruzando esta reta devemos acrescentar também um eixo horizontal que deve medir a penetrabilidade da cidadania junto aos membros da sociedade. Em resumo, quanto mais percebermos e verificarmos que grupos mais vulneráveis socialmente, grupos mais marginalizados, mais excluídos e menos assistidos pelo poder público puderem ter a chance de acessar as instituições e reivindicar seus direitos, maior podemos dizer que a expansão da democracia está se consolidando, e mais forte será o seu tecido de relações sociais.

Quando as manifestações de junho de 2013 saíram às ruas elas, enfim, expuseram o quão esgarçado se encontra o tecido democrático brasileiro, o quão fragilizada é a nossa cidadania, ao mesmo tempo ela também mostrou o quanto há de força retesada na sociedade no sentido de querer reivindicar, de querer mudar, de querer uma ampliação tanto da democracia quanto da cidadania. Por meio das leituras que aqui pudemos realizar, fica nítido que o Brasil ainda tem muito que caminhar para consolidar a sua democracia e a sua cidadania, nunca nos esquecendo que este é um caminho constante, sem fim, porque o processo de consolidação da cidadania e da democracia são processos dinâmicos não lineares, marcados por avanços e retrocessos e de construção cotidiana.

Desde o início do processo da construção primordial da cidadania na antiguidade, passando pelos diversos e diferentes momentos históricos vividos pela humanidade, durante a modernidade, o que marca esse percurso não é processo linear de construção da cidadania, a construção da cidadania é contraditória em si mesma, a luta por cidadania é movida por embate de forças, ao mesmo tempo a construção da cidadania não é um processo totalizante e nem finalizado, ao se falar em cidadania, e podemos expandir isso também para a democracia, temos que falar numa construção constante, que são estabelecidas por meio de forças que

constroem e que erodem essa construção. Cidadania e democracia são obras da humanidade nunca acabadas.

Considerações Finais

Fizemos este percurso histórico com o intuito de frisar a construção da noção de cidadania, ressaltando algumas contradições que foram criadas à medida que a cidadania estava sendo estabelecida.

Acreditamos que a história da cidadania e da sua construção deve ser estudada a partir das suas contradições, a partir das dicotomias que o processo produz, temos que pensar a estrutura da construção da cidadania como uma construção dialética, que se faz e se refaz mediante as conjunturas históricas.

As complexidades de cada civilização, o seu processo histórico molda a construção da cidadania, por isso buscamos fazer a leitura da construção da cidadania no Brasil, ressaltando alguns aspectos relevantes para a história brasileira, como, por exemplo, a questão da escravidão e o seu impacto ainda nos dias atuais.

Não queremos com isso creditar somente ao peso do processo histórico os problemas atuais da nossa sociedade em relação ao estabelecimento da cidadania, pois se agíssemos dessa forma estaríamos fazendo uma leitura estática de um processo, que, como já ressaltamos, é dinâmico. O cuidado é o de dar a responsabilidade adequada ao peso histórico, compreender e buscar situar a sua relevância na construção da sociedade atual, mas sem perder de vista que aquilo que ocorre atualmente é fruto sim de uma herança do passado, endossado (ou não) pelas decisões do presente.

Nós buscamos entender a construção da cidadania, sobretudo no Brasil, e problematizar algumas questões após os eventos ocorridos em junho de 2013. E nos fazemos essa questão: Em que condições nos encontramos na luta pela cidadania? Avançamos ou retrocedemos, de lá para cá? Infelizmente, diante do que se transformaram as manifestações por melhorias no transporte em 2013, para uma pauta bem mais conservadora como pelo combate à corrupção, depois impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e a reforma trabalhista, destruindo uma série de direitos conquistados pelos trabalhadores, depois a eleição em 2018 do atual presidente com uma agenda ultraconservadora como, por exemplo, da controversa reforma da previdência, cortes nos investimentos para educação, de não proteção ao meio ambiente,

temos que admitir que estamos numa fase de retrocesso. Mas como vimos o processo é dinâmico e feito desses e de avanços, a nossa expectativa é que do forte recrudescimento da parte reacionária, conservadora que busca destruir os direitos já adquiridos, possa surgir movimentos cada vez mais organizados e fortes que no momento oportuno irão surgir e estabelecer novas conquistas históricas.

Por isso a importância de compreender o conceito de cidadania insurgente de James Holston, pois ele nos deu embasamento para pensarmos que a cidadania é uma construção, que ao mesmo tempo que constrói, também é responsável por erodir tanto a democracia quanto a cidadania, enfatizando novamente o processo dinâmico e não linear da construção dessa cidadania.

A nosso ver, as manifestações de junho de 2013 em São Paulo foram um episódio, um evento, no qual para termos a sua compreensão é necessário ter de conectá-las dentro do processo histórico brasileiro, dentro de uma leitura mais ampla, isto é, percebendo-as como fruto de lutas desencadeadas no país, devemos percebê-las inserindo-as dentro de um processo construção de uma cidadania e de ampliação da democracia.

Para pensarmos as manifestações de junho de 2013, foi preciso refletir sobre o Movimento do Passe Livre, este sim inserido dentro de um espectro de luta social, que não lutava somente em razão da obtenção de “passe livre”, na realidade, pelo que aqui expusemos, o Movimento Passe Livre tem o “passe livre” como uma bandeira, mas a sua luta se torna muito mais relevante se inserida e percebida dentro dessa estrutura maior de luta pela cidadania, de expansão da democracia; ele traz no seu arcabouço lutas mais profundas como o de acesso à cidade, do acesso à locomoção dos indivíduos para que possam acessar outros espaços da cidade e acessar outros direitos e dessa forma também democratizar a própria cidade, revitalizando os espaços públicos, quebrando e rompendo com estruturas um sistema neoliberal de privatização dos espaços e porque não dizer rompendo com as estruturas de um sistema capitalista sufocante.

Outro aspecto que gostaríamos de mencionar é justamente o fato de ao longo da história da cidadania brasileira o que tivemos foi uma manutenção de privilégios e negação de direitos, vivendo sempre num equilíbrio tênue desde o período colonial, passando pela monarquia, chegando à república, período de ditaduras e de democratização, as diversas e diferentes

constituições elaboradas apresentaram soluções, mas também geraram contradições e novos processos reivindicatórios.

Sendo algo tão complexo, o conceito de cidadania e a cidadania brasileira, não tínhamos nós a pretensão de aqui apresentar soluções, longe disso, nossa intenção era o de percorrer esse processo histórico para tentar compreender um pouco mais o debate teórico, e observar as manifestações recentes e as conturbações pelas quais o Brasil atravessa, problemas que, como dissemos, não podemos encerrar como eventos isolados, mas para que possam ser melhor entendidos devemos correlacioná-los a um percurso histórico, entendera suas origens para quem sabe vislumbrar algum possível desdobramento.

A obra de James Holston, e de outros autores, nos trouxe a possibilidade de refletir sobre as complexidades escamoteadas na história e nas construções da democracia e da cidadania no Brasil, elas “jogam luz” sobre como podemos compreender os privilégios da sociedade brasileira, a resistência e as reações violentas quando se disputa os espaços de cidadania no Brasil, os avanços e retrocessos da nossa sociedade.

A democracia brasileira ainda está em construção, está aperfeiçoando os seus caminhos, mas estamos muito contentes em saber que estamos construindo a nossa democracia e a nossa cidadania, a angústia não vem de saber que o processo de cidadania e de democracia são incompletos, que são construções inacabadas; a angústia e o temor são muito maiores em saber que ainda não nos livramos de ameaças reais de grupos que insistem em debelar, erodir a democracia e impedir a expansão da cidadania.

Povo nas ruas em manifestação é exercício de direito, mas pode ser também um braço de manipulação daqueles que são contrários à democracia e à cidadania. Mas garantir que o povo possa se manifestar é típico da democracia, é fruto da conquista da cidadania. Muito pior é o povo que vive acuado, perseguido, cassado, como vivemos em períodos ditatoriais no Brasil, e ainda vivemos com as violências praticadas tanto pelo estado quanto por organizações criminosas que dia a dia afligem a população brasileira, sobretudo aquela população menos assistida pelo poder público. Essa população que vive sem saber ao certo qual a garantia dos seus direitos, como se apropriar desses direitos, de como lutar e se tornarem cidadãos em luta pela construção de uma cidadania insurgente.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Henrique Soares de. *O Brasil na Copa do Mundo: uma descoberta redescoberta*. 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2014.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BELLO, Enzo. *A Cidadania na Luta Política dos Movimentos Sociais Urbanos*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.
- BENEVIDES, Maria Victoria; LAMOUNIER Bolívar; WEFFORT, Francisco (Org.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo, SP: Ed. T.A Queiroz, 1981.
- BIGNOTTO, Newton. (Org.) *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- _____. (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- _____. *As aventuras da Virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BIONDI, Luigi. *Classe e nação*. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BOBBIO, Norberto. *As Ideologias e o poder em crise: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994
- _____. *Dicionário de Política*. 13 ed. Brasília: Editora UnB, 2010.
- BURDEAU, Georges. *O Estado*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CÉSAR DE SOUZA, Kassiano. Karl Marx: Os Limites da igualdade política e a necessidade de emancipação humana. *Aurora*, ano III, n. 4, jul./2009.
- CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. Disponível em: <www.geledes.org.br/Marilena-chauí-as-manifestações-de-junho-2013-na-cidade-de-são-paulo/>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, vol. 1. 2. ed.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini (Org.). *A Cidadania que não temos*. São Paulo. SP: ed. Brasiliense, 1986.
- _____. *O que é Cidadania*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense. 1995

CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da Democracia – Uma Introdução Crítica*. Porto Alegre, RS: Editora Artmed. 2009.

DEMO, Pedro. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas. SP: ed. Autores Associados, 1995.

FIGUEIREDO, Wilma de M. (Org.). *Cidadão, Estado e Políticas no Brasil Contemporâneo*. Brasília. DF: Ed Universidade de Brasília, 1986.

HABERMAS, Jürgen. A crise do estado do bem-estar e o esgotamento das energias utópicas. In: _____. *Diagnósticos do tempo: seis ensaios*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005, p. 9-36.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros. *Revista Piauí*, ano 11, n. 129, junho, p. 28-37, jun. 2017.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *O cidadão e o Estado: a construção da cidadania brasileira, 1940-1992*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-35.

HELD, David. *Modelos de democracia*. 3. ed. Madrid: Alianza, 2007.

HIPPOLITO, Lúcia. *De Raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2012.

HOLSTON, James. *A Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013

IVANA, Jinkings; KIM, Doria; CLETO, Murilo (Org.). *Por Que Gritamos Golpe – Para Entender o Impeachment e a Crise Política no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Editora Boitempo. 2016

KELSEN, Hans. *A Democracia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2000

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2017.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo, SP: ed. Companhia das Letras. 2012.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 83-89.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, RJ: ed. Zahar, 1967

MILOVIC, Miroslav. Política, pluralismo e o paradoxo da democracia. *Humanidades*, n. 53, p. 132-137, jun. 2007

MUANIS, Carlos; FORNANZIERI, Aldo (Org.). *Conversas Políticas. Desafios Públicos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NISHIGAWA, Reinaldo. O Haiti não é aqui: discurso antiescravista e práticas escravistas no Brasil (1790-1840) *Métis: História e Cultura*, v. 4, n. 7, 2005.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo. SP: ed. Companhia das Letras, 2013.

NUNES, Laura Maeda; ALLAN, Nasser Ahmad. A pré-história do direito do trabalho no Brasil: da primeira república à década de 1930. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=035d7cf26cd0316c>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). *A Cidadania negada: Políticas Públicas e Formas de viver*. São Paulo: Ed. Casapsi, 2009.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou. *Revista MATRIZES*, ano 7, n. 2, p. 73-93, jul./dez. 2013.

Redes e ruas balançam o Brasil. *Política Democrática – Revista de Política e Cultura*, ano XII, n. 36, Fundação Astrojildo Pereira

RIBEIRO, Gladys Sabino. Cidadania e luta por direitos políticos na primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Revista Tempo*, v.13, n. 26, 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Democracia*. Folha Explica. 3. ed. São Paulo: Publifolha. 2002.

_____. *A República*. 3. ed. São Paulo: Publifolha. 2002.

SALLUM, Brasília Jr. O desenvolvimentismo e o estado brasileiro contemporâneo. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O que esperar do Brasil?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 61-72.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed Record, 2000.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ed. Ática. 1994

SINGER, André. Brasil, junho de 2013 Classes e Ideologias Cruzadas. *Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas*. Novos Estudos, n. 97, p. 23-40, nov. 2013

_____. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2018.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. São Paulo, SP: ed. Contracorrente, 2018.

SUGAHARA, Henrique. Constituição de 1891. Verbetes CPDOC FGV, Atlas Histórico FGV Disponível em: <www.atlas.fgv.br/verbetes/constituicao-de-1891>. Acesso em: 01 jul. 2019.

VAINER, Carlos B. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. MARICATO, Ermínia et al. (Org.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 35-41.

WEFORT, Francisco. *Os Clássicos da Política*. 10. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2005. Volume 2.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In_____ Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. MARICATO, Ermínia et al. (Org.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 101-108.